REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO VII - NÚMERO 33 - BIMESTRAL - 2011
www.ibefrio.org.br

José da Costa Carvalho Neto, presidente da Eletrobras

Embaixador da Alemanha: relação com o Brasil é um sucesso

Jairo Yamamoto e as oportunidades da indústria farmacêutica

Murilo Portugal escreve sobre o financiamento de longo prazo

Silvio Guerra, diretor da Localiza e o otimismo racional

IBEF
Rio de Janeiro

www.pwc.com/br

Ouvir.
Ouvir.
Ouvir.
Ouvir.
Ouvir.
Para depois falar.

Para nós, o verbo falar vem sempre acompanhado do verbo ouvir.
Porque só com proximidade e diálogo, vamos entender
o que você busca, para poder encontrar o que você precisa.
Você diz o que é valor para você, a PwC ajuda você a chegar lá.

Siga-nos no Twitter @PwCBrasil e facebook.com/PwCBrasil.

pwc

© 2011 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Neste documento, "PwC" refere-se a PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., firma membro da

ageisobar

PricewaterhouseCoopers International Limited, constituindo-se cada firma membro da PricewaterhouseCoopers International Limited pessoa jurídica separada e independente.

Índice

Editorial - Marcos Varejão 03

Entrevista - José da Costa Carvalho Neto, presidente da Eletrobras..... 04

Opinião - Wilfried Grolig, Embaixador da Alemanha..... 10

Opinião - Jairo Yamamoto - Desafios e oportunidades da indústria farmacêutica..... 12

Opinião - Rubens Branco - Obrigações tributárias acessórias..... 15

Opinião - Silvio Guerra - Otimismo racional..... 17

Opinião - Mario Mello - Como comprar com segurança de maneira clara e objetiva..... 19

Nacional - O mercado de seguros está intimamente ligado ao cenário econômico e social do Brasil.. 20

Opinião - Luiz Leonardo Cantidiano - Mercado de capitais e desenvolvimento econômico..... 22

Day Trade - Coluna de informação..... 23

Opinião - Murilo Portugal - O desafio de ampliar o financiamento de longo prazo..... 28

Opinião - Marcelo Spinassé - Welcome Netfix..... 30

Perfil Corporativo - Cemig..... 32

Nacional - Estresse, o mal do século..... 35

Nacional - Ciclo de investimentos no Brasil e a situação econômica mundial..... 36

Opinião - Paulo Pizão - Normas ambientais Denorex..... 38

Internacional - O papel da FAO no mundo e a conquista brasileira..... 39

Opinião - José Góes - Nem tudo foi perdido..... 40

Estante - Coluna sobre publicações editoriais..... 41

Opinião - Luiz Flávio Gomes - Do Estado de direito ao estado marginal..... 42

Opinião - Ascold Szymanskyj - Seu celular está protegido?.....43

Jurisprudência - Fernando B. Meneguin e Marcelo Guedes Nunes - Como se fazem boas leis..... 46

Opinião - João Santos e Tatiana Fernandes, da PwC - Debêntures de projetos de infra-estrutura... 48

Europa e a economia mundial.

O mundo tem observado atentamente os acontecimentos que desencadearam a crise financeira na Grécia, as possíveis implicações para a economia mundial e a União Europeia, além das ações de líderes para reverter a situação. O cenário tem causado desconforto e preocupação, principalmente aos países que integram a zona do euro, devido ao impacto de um eventual calote da dívida – já alertado pelas agências de classificação de risco, que rebaixaram seu grau de investimento, como também fez com países com a economia enfraquecida, como Portugal, Itália e Espanha.

O déficit orçamentário é alarmante, comparado ao permitido pelas regras desses países, cujo índice não deveria ultrapassar 3% do PIB. Em 2009, bateu 13,6%, ou seja, quatro vezes acima da média. A dívida gira em torno de 300 bilhões de euros. Até mesmo uma nova crise de crédito pode ser desencadeada, dado o temor dos bancos que emprestaram dinheiro a esses países.

Para o Brasil, o que mais preocupa nesta situação é a aversão a risco - enquanto o Banco Central tenta manobrar a baixa do dólar, com a crise, a moeda apresentou elevação. Uma das medidas foi o recolhimento de depósito compulsório sobre a posição vendida dos bancos que exceder 1 bilhão de dólares, ou seja, superior ao seu patrimônio de referência, que, antes da situação, era recolhido sobre posição superior a 3 bilhões de dólares.

Em 2009, o Brasil se saiu bem diante dos efeitos da crise econômica internacional. Em um cenário que requer novamente atenção, acompanhamos a reação do governo brasileiro, bem como a opinião de especialistas e economistas.

Boa leitura!

Marcos Chouin Varejão

Agosto 2011

José da Costa Carvalho Neto, presidente da Eletrobras.

Revista IBEF - Quais são os planos de internacionalização da companhia?

A internacionalização da Eletrobras é um processo que se iniciou em abril de 2008, com a Lei 11.651, que permite à companhia investir em ativos fora do mercado brasileiro. Desde então, estamos nos preparando para ter uma atuação relevante no mercado externo, em projetos de energia limpa que tenham rentabilidade no mínimo igual aos similares em território brasileiro. Nosso foco é, especialmente, na integração energética da América do Sul, aproveitando a sinergia do regime hídrico continental.

Atualmente a Eletrobras desenvolve o projeto básico da hidrelétrica de Tumarín, na Nicarágua, com capacidade instalada para 253 MW. Se o cronograma ocorrer normalmente, as obras devem começar no início do próximo ano. Temos também, já com as obras iniciadas no lado uruguaio, uma linha de transmissão de 500kv e 390 quilômetros de extensão que conectará o Brasil ao Uruguai. As obras brasileiras ainda dependem de licença ambiental, mas isso não deve demorar muito a ocorrer. Na fase de estudo de viabilidade, que deve se iniciar em dezembro, há as hidrelétricas binacionais Garabi e Panambi, na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, somando 2.200 MW. Fazemos estudos também

em países como Peru e Moçambique, além de ter escritórios instalados em Lima, em Montevidéu e no Panamá.

Revista IBEF - A companhia recentemente divulgou investimentos na ordem de R$ 10 bilhões por ano até 2015. Poderia nos dizer como será direcionado esse aporte?

Desse total nós temos R$ 8 bilhões de investimentos diretos e R$ 2 bilhões de inversões financeiras. Quanto aos investimentos diretos, nós iremos destinar quase R$ 4 bilhões para projetos de geração, R$ 2,6 bilhões para transmissão, R$ 890 milhões para distribuição e R$ 400 milhões para investimentos internacionais. Quanto a estes, queremos ampliar gradativamente o valor dos aportes, chegando a R$ 1 bilhão anual até 2015. Basicamente essa divisão dos recursos deve ser a mesma ao longo desse período.

Revista IBEF - Lançada em março do ano passado, a marca da Eletrobras já consta entre as mais valiosas do mundo, avaliada em US$ 2,5 bilhões. O que explica a mudança do logotipo e a que se deve tamanho sucesso?

A mudança da marca das empresas Eletrobras é uma das transformações mais visíveis pelas quais passamos nos últimos três anos. Após um extenso estudo conduzido por nossos executivos, chegamos à conclusão de que ou as empresas mudavam, tornando-se mais integradas e competitivas, ou seríamos ultrapassados pela concorrência num horizonte de uma década, talvez menos. Então foi iniciado o Plano de Transformação das empresas Eletrobras, com o objetivo de preparar nossas empresas para os desafios de um mundo cada vez mais competitivo e carente de energia limpa.

Assim foram efetuadas mudanças profundas em nossos processos, nosso modelo de negócios e forma de participação no mercado. Criamos instrumentos como políticas e planos de ação, buscando a sinergia com nossas empresas e o fortalecimento de todas elas. O fruto dessas mudanças foi nosso Plano Estratégico do Sistema Eletrobras, que determinou nossa missão, visão e valores, além dos eixos de negócios a serem trabalhados.

Todo esse esforço apareceu para a sociedade brasileira e para o mercado quando da mudança da marca. A percepção do profundo significado dessa transformação refletiu-se no valor da marca Eletrobras.

Revista IBEF - O senhor recentemente assumiu a presidência da Eletrobras. Quais serão os grandes desafios a frente da estatal?

O meu maior difícil será, sem dúvida, implementar na íntegra o Plano estratégico e unir todos os colaboradores para levarmos, todos juntos, a Eletrobras a se tornar a maior empresa de energia limpa do mundo até 2020. Nossa meta é ambiciosa, mas já somos a 10ª maior empresa de energia do mundo em valor de ativos, e a 22ª em valor de mercado. Com as mudanças que estão ocorrendo, destacando a cultura de meritocracia, estimulando a produtividade de nossos colaboradores, focando na eficiência administrativa e rentabilidade, além de nosso plano de investimentos em energia limpa, tenho a certeza de que atingiremos nossos objetivos.

Revista IBEF - Poderia resumidamente falar sobre seu currículo?

Sou formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, na qual conclui o mestrado na mesma área. Comecei na Cemig, em 1966, como estagiário, e fiz toda a minha carreira dentro da empresa, exercendo os cargos de superintendente, gerente, diretor e presidente, do qual me desliguei em 1999. Atuei na iniciativa privada e como secretário adjunto de Minas e Energia de Minas Gerais, em 1987. Estou na Eletrobras desde fevereiro deste ano. Eu costumo lembrar com muita alegria o fato de que me tornei engenheiro graças a um conselho do ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, que me disse que a profissão de engenheiro seria fundamental para a construção do Brasil desenvolvido com que ele sonhava.

Revista IBEF - Quais os planos da companhia para a produção de energia eólica e de investimentos em fontes renováveis no país?

Bem, em primeiro lugar, cerca de 85% da nossa geração elétrica já é renovável porque tem como base a hidroeletricidade. Assim, já temos grandes investimentos numa fonte renovável confiável que apresenta preços muito competitivos.

Quanto à energia eólica, a Eletrobras considera que se trata de uma excelente matriz complementar, cujos preços estão se tornando cada vez mais atraentes e, logicamente, nos interessamos em ampliar os investimentos na área. Nós já contratamos por 20 anos, através do Programa Nacional de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa), 1.400 MW de 54 usinas eólicas. Além disso, nossas empresas têm participação em projetos eólicos em construção, cujas capacidades instaladas somam 530 MW, com destaque para o complexo de Cerro Chato, no Rio Grande do Sul, construído pela Eletrobras Eletrosul, e a usina de Casa Nova, na BA, com 180 MW, controlada pela Eletrobras Chesf.

Há projetos-piloto com a utilização de energia solar em andamento em comunidades isoladas da Amazônia, como o projeto Xapuri, que levou energia a 103 famílias dos seringais do Acre, e outro no Amazonas que ainda está sendo desenvolvido e prevê a instalação de uma dúzia de mini-usinas solares para comunidades ribeirinhas.

Destaco, ainda, o projeto de energia solar da Eletrosul que consiste da implantação de um sistema fotovoltaico integrado ao edifício-sede da empresa, utilizando a área do telhado e dos estacionamentos adjacentes e que estará conectado à rede da distribuidora de energia local. Calcula-se que a capacidade de geração será de 1,2 gigawatts-hora por ano, o que equivale ao consumo anual de 570 residências.

Revista IBEF - Quando concluída a construção de Belo Monte, a usina hidrelétrica será a terceira maior usina do mundo e a maior em território brasileiro. Qual será a produção de Belo Monte e os benefícios que o país terá com a sua conclusão?

Os benefícios para o país são imensos. Belo Monte tem capacidade instalada de 11.233 MW e apenas 516km² de álea alagada, da qual 200km² já são submersas pelas águas nas cheias anuais do Xingu. A usina vai gerar cerca de 40 mil GWh, energia suficiente para abastecer, com sobras,

O BRADESCO É UM DOS 10 BANCOS MAIS SÓLIDOS DO MUNDO.

NEOGAMA/BBH

O Bradesco é Presença entre os bancos mais sólidos do mundo, segundo a revista Bloomberg Markets. O único brasileiro entre os dez primeiros. Mais uma conquista que queremos comemorar lado a lado com você.

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933

bradesco.com.br

Fonte: Revista Bloomberg Markets, edição junho/2011, ranking The World's Strongest Banks.

THE WORLD'S STRONGEST BANKS

SINGAPORE AND CANADA DOMINATE A LIST HIGHLIGHTING STRENGTH OF CAPITAL.

▲ BIGGER NUMBER MEANS HIGHER RANKING
▼ SMALLER NUMBER MEANS HIGHER RANKING

		OVERALL SCORE* ▼	TIER I CAPITAL TO RISK-WEIGHTED ASSETS ▲
1	**OVERSEA-CHINESE BANKING** (SINGAPORE)	11.2	16.3
2	**SVENSKA HANDELSBANKEN** (SWEDEN)	13.1	16.5
3	**NATIONAL BANK OF CANADA**	16.3	14.0
4	**CANADIAN IMPERIAL BANK OF COMMERCE**	16.6	13.9
5	**DBS GROUP HOLDINGS** (SINGAPORE)	17.9	15.1
6	**UNITED OVERSEAS BANK** (SINGAPORE)	19.3	15.3
7	**FIFTH THIRD BANCORP** (U.S.)	21.0	13.9
8	**BANCO BRADESCO** (BRAZIL)	21.4	15.1
9	**UBS** (SWITZERLAND)	21.8	17.8
10	**BOC HONG KONG** (HOLDINGS)		
11	**BANCO**		

Bradesco

as residências das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por um ano. Sem Belo Monte, a opção para gerar energia seriam usinas térmicas a óleo diesel, que descarregaria na atmosfera cerca de 10 milhões de toneladas de CO2 anualmente, causando danos irreversíveis ao planeta, ou a gás, menos poluente, mas também não renovável e ecologicamente mais agressiva que a hidreletricidade.

Além disso, Belo Monte será um vetor de desenvolvimento regional. Como contrapartida socioambiental, serão investidos cerca de R$ 3,5 bilhões nas comunidades em volta do empreendimento. Essa quantia será distribuída por 19 planos, 53 programas e 58 projetos. Já estão garantidos também R$ 500 milhões para o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, em parceria dos governos federal e do Pará. Os investimentos, em conjunto com a construção da usina, gerarão 18.700 empregos diretos e 23 mil indiretos, a maior parte para habitantes das cidades de Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Anapu. Esses municípios também serão os mais beneficiados com a chamada Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, mais conhecida como royalties da água, que gerará, anualmente, um total de R$ 70 milhões para os municípios do entorno e mais R$ 70 milhões para o estado.

Revista IBEF - Quais as principais ações desenvolvidas pela empresa na área de sustentabilidade?

A Eletrobras alinha suas ações com foco no chamado tripé da sustentabilidade, que reúne os aspectos sociais, ambientais, econômicos e de governança corporativa.

Em cada uma dessas dimensões, temos várias iniciativas que comprovam nosso engajamento com o tema sustentabilidade. Esses compromissos são materializados também em documentos formais apresentados pela empresa, como as políticas de Sustentabilidade e Ambiental, o Código de Ética das empresas Eletrobras. Além delas, estamos desenvolvendo uma cultura de meritocracia nas empresas Eletrobras, com a construção do Plano de Cargos e Remuneração (PCR) e o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD).

Dentre nossas ações sociais, podemos destacar os Centros Comunitários de Produção (CCPs), cooperativas rurais beneficiadas pelo Luz para Todos, que recebem auxílio da Eletrobras para se organizarem e passam a ser autosustentáveis. Dentro os projetos de responsabilidade social esse é um dos mais emblemáticos por estar associado com o nosso negócio: a geração, transmissão e distribuição de energia, voltadas para o desenvolvimento das pessoas.

Temos também alguns projetos de uso de energias alternativas para comunidades isoladas da Amazônia, como já dito anteriormente. Quem vive nas cidades e está acostumado desde pequeno ao conforto da luz elétrica não tem a dimensão do quanto a eletrificação rural tem favorecido os brasileiros em regiões isoladas.

Ainda dentro da questão da sustentabilidade, temos integrado todas as empresas visando mais rentabilidade, queda nos preços de equipamentos por meio de compra conjunta, medidas de eficiência. E por falar em eficiência não podemos esquecer o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). Trata-se de um programa do governo federal que a Eletrobras coordena e executa que já trouxe inúmeros benefícios ao país. Só em 2009, por exemplo, a economia de energia elétrica proporcionada pelas ações do programa representaram 1,41% do

consumo de energia elétrica no Brasil, permitindo que 135 mil tCO2 equivalentes deixassem de ser lançadas na atmosfera.

Convido a todos a acessar o site da Eletrobras e ler nosso Relatório de Sustentabilidade, que segue as diretrizes do GRI. No Relatório estão detalhadas todas as ações das empresas Eletrobras no campo da sustentabilidade, que seriam impossíveis de detalhar no espaço de uma entrevista.

Revista IBEF - Como o senhor avalia o atual cenário econômico brasileiro?

Seria muita pretensão de nossa parte fazer comentários sobre a complexidade da economia brasileira. Acredito que continuamos com nossos pilares macroeconômicos sólidos, e com um crescimento de longo prazo pela frente. Para sustentar esse crescimento o Brasil precisará de energia e, visto que o mundo todo está priorizando a energia de fontes limpas, a Eletrobras tem um grande papel a desempenhar. Não faltarão projetos nem desafios para nossa companhia.

Revista IBEF - Segundo o Ministério de Minas e Energia, entre 2010 e 2020 a taxa média de crescimento do consumo de energia elétrica será de 4,6% ao ano. Qual a participação da Eletrobras diante deste cenário?

A Eletrobras está consciente de seu papel de ampliar o parque gerador de energia elétrica para permitir que o Brasil cresça de maneira sustentada, e faremos isso com foco, torno a repetir, nas energias renováveis, em especial hidrelétricas. No momento, as empresas Eletrobras estão envolvidas na construção de mais de 22 mil MW de geração, entre hidrelétricas, eólicas e a usina nuclear de Angra 3. Além disso, temos estudos e projetos que, caso viabilizados, somariam mais 18.367 MW à capacidade instalada do país. São grande projetos como o Complexo de Tapajós, no Pará, por exemplo, cuja capacidade estimada é de mais de 10 mil MW.

Revista IBEF - Em sua opinião, quais os principais desafios para o setor energético do país?

Acredito que o desafio fundamental é ampliar cada vez mais a participação das fontes renováveis em nossa matriz elétrica, de longe a mais limpa do mundo. O planeta inteiro debate a questão do aquecimento global, causado, entre outros fatores, pela queima de combustíveis fósseis. Nesse sentido, o Brasil, e, mais especificamente, o setor energético brasileiro, exerce um papel de vanguarda, do qual a Eletrobras tem tudo para ser protagonista. Creio que a grande questão será aproveitar o imenso potencial hidrelétrico amazônico, conjugando isso à preservação ambiental e ao desenvolvimento social das regiões onde estão localizados os empreendimentos. Há que se destacar que os maiores interessados na preservação das florestas e das margens dos rios são as próprias usinas, já que sem a cobertura vegetal os rios são assoreados prejudicando a geração de energia.

Brasil e Alemanha: essa é uma história de sucesso.

*Wilfried Grolig**

Brasil e Alemanha: essa é uma história de sucesso. A partir do século XIX, muitos cidadãos alemães imigraram para o Brasil, e, em meados do século XX, houve um grande engajamento de grandes empresas alemãs com investimentos, fábricas, equipamentos e tecnologias de produção. Atualmente há uma nova e impressionante forma de cooperação na ciência e tecnologia.

Nossos países também se propuseram a atuar em conjunto na solução de questões políticas globais. As visitas políticas da Alemanha são em grande número. A título de exemplo, menciono a visita do Ministro dos Transportes, Sr. Ramsauer, em março, e a visita oficial do Presidente Federal, Sr. Christian Wulff, em maio de 2011. Além disso, um outro exemplo: o Brasil e a Alemanha estão neste ano, lado a lado, no Conselho de Segurança da ONU. Juntos trabalham na solução de difíceis questões tal como a situação na Líbia ou o programa nuclear do Irã, bem como empenham esforços para obterem um assento permanente no próprio Conselho de Segurança.

A cooperação Brasil-Alemanha em Ciências e Tecnologia comemorou no ano passado seus 40 de existência. O Brasil tornou-se para a Alemanha o mais importante parceiro na América Latina em educação e ciência, e a Alemanha também é um estimado parceiro para o Brasil em função de seu excelente sistema científico. A cooperação nessa área acabou de conquistar um novo patamar.

O "Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação 2010/2011" encerrou-se há pouco. O objetivo era interligar mais ainda os sistemas de inovação dos dois países. Uma série de eventos contribuiu extraordinariamente para uma maior projeção da Alemanha no Brasil, tais como "os dias alemães", em novembro, em Recife, oferecendo também os seguintes eventos: *roadshow* das ciências alemãs, o seminário de ex-bolsistas do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), workshop da água da Universidade de Potsdam e o workshop de física da Fundação Alexander-von-Humboldt.

O evento de encerramento do Ano das Ciências aconteceu durante a Feira de Hannover, quando a Ministra de Pesquisa, Annette Schavan, e o Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, abordaram temas como um fundo de pesquisa, cuja instituição foi decidida em maio de 2010.

Com a Casa Alemã da Ciência e Tecnologia em São Paulo, a Alemanha amplia sua presença no Brasil, dando continuidade às iniciativas do Ano das Ciências e servindo permanentemente de ponte científica entre o Brasil e a Alemanha. Desde o início a Casa estará totalmente ocupada. Tendo em vista a crescente importância internacional do Brasil na área de ciências, propomos ao Brasil instalar também na Alemanha uma "Casa Brasileira das Ciências".

São esses progressos que precisam ser esmerados: em 2013/14 teremos a "Temporada da Alemanha no Brasil": durante 12 meses, a Alemanha se mostrará sob todos os ângulos, "360 graus", exatamente como ela é hoje. Claro que algumas concepções antigas precisam ser derrubadas e acrescentados muitos aspectos atuais de nosso país. Uma ênfase será a economia alemã e as inúmeras possibilidades de progredir em cooperação com empresas alemãs ou com investimentos na Alemanha.

O Brasil vivencia atualmente uma impressionante dinâmica econômica com recordes no crescimento, no comércio exterior e investimentos diretos estrangeiros. A crise financeira internacional e econômica de 2008/09 freiou temporariamente nossas relações comerciais. No entanto, o comércio Brasil-Alemanha retomou satisfatoriamente seu desenvolvimento e voltou a ser dinâmico. Após o volume de comércio em 2009, com 16 bilhões de dólares, ter reduzido claramente em comparação com os dados de 2008 de 20,9 bilhões de dólares, os números de 2010 mostram um claro aumento. A exportação do Brasil para a Alemanha em 2010 cresceu 31,8% em comparação aos 31,8% (US$ 8,13 bilhões) de 2009 e 27,2% (US$ 12,5 bilhões) em relação à importação da Alemanha.

"O Brasil vivencia atualmente uma impressionante dinâmica econômica com recordes no crescimento, no comércio exterior e investimentos diretos estrangeiros."

Segundo estatísticas brasileiras, o volume de comércio com a Alemanha alcançou a cifra de US$ 20,6 bilhões (um acréscimo de 25% em comparação com 2009). Assim, para o Brasil a Alemanha continuará sendo o maior parceiro comercial da Europa. Com investimentos diretos de mais de US$ 25 bilhões e mais de 1.200 empresas alemãs atuando no Brasil, a Alemanha é o mais importante país investidor da União Europeia. O que precisa ser expandido são os investimentos brasileiros na Alemanha.

De extrema importância para o contínuo progresso serão os dois próximos grandes eventos que prometem trazer grande número de visitantes de todo o mundo ao Brasil: a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. O turismo já vivencia grande alta. Isso provoca uma demanda crescente por boas e confiáveis conexões entre a Europa e o Brasil. A Lufthansa reconheceu essa nova oportunidade e disponibilizará um voo de passageiros a partir de outubro para o trecho Rio de Janeiro-Frankfurt.

Uma outra boa oportunidade para intensificar o engajamento alemão é proporcionada pelo Encontro Econômico Brasil-Alemanha que acontece todos os anos, o encontro mais importante para empresários dos dois países. O último foi no ano passado em Munique, que reuniu cerca de 800 empresários e representantes de governo, inclusive três ministros de Estado, abordando temas como oportunidades de investimento em infraestrutura, a Copa do Mundo de 2014, bem como questões energéticas (energias renováveis, eficiência energética, petróleo/gás). O próximo encontro será realizado no Rio de Janeiro, no período de 18 a 20 de novembro, e será organizado pela CNI e, do lado alemão, pela Confederação Alemã da Indústria (BDI), e estão sendo aguardados cerca de mil participantes. É notório o crescente interesse em dar continuidade a essa história de sucesso.

**** Embaixador da Alemanha no Brasil.***

Desafios e oportunidades da indústria farmacêutica.

*Jairo Yamamoto**

Segundo dados do IMS Health, o gasto global com medicamentos atingiu a marca de 856 bilhões de dólares em 2010, com um crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior. Essa taxa, apesar de expressiva, é menor do que a média de 7% dos anos anteriores da mesma década. Quando analisamos os gastos de cada país com produtos farmacêuticos, notamos que nos países desenvolvidos existe queda ou estagnação e que o crescimento do mercado global nos últimos anos tem sido reflexo do aumento do consumo nos países emergentes.

No Brasil, o consumo de medicamentos chegou a 37,7 bilhões de reais no último ano, com um crescimento de 18% em relação ao ano anterior. E o grande propulsor desse crescimento foi a migração das classes D e E para a classe C.

A dinâmica do setor farmacêutico está totalmente diferente das últimas décadas. As patentes, que são conhecidas como sendo o maior ativo das grandes multinacionais do setor, estão cada vez mais raras. As grandes farmacêuticas vêem de um lado seu portfólio sofrendo com a concorrência dos genéricos e de outro uma carência de novos produtos no seu pipeline.

Esse cenário faz com que mais de 60% dos produtos dos grandes players sejam classificados como não-exclusivos, ou seja, produtos que já tiveram sua patente vencida e agora concorrem com os medicamentos genéricos. É cada vez mais evidente que a velocidade de renovação desse portfólio está mais lenta, pois existem mais patentes de produtos importantes expirando do que sendo registradas.

Além disso, essas mesmas empresas (européias e americanas) encontram no Brasil mais obstáculos para prosperarem. Grande parte dessa dificuldade é resultado da política mundial de preços que elas praticam nos seus produtos inovadores, o que acaba restringindo e muito o número de potenciais consumidores da nova droga devido ao alto preço. Esse fato ocorre porque no Brasil quem paga a conta do medicamento é o próprio consumidor e não os planos de saúde ou governo, como nos países de primeiro mundo. Por isso a percepção de custo-benefício da classe médica brasileira é muito mais apurada. O que acontece na maior parte das consultas médicas é que muitas vezes o cardiologista gostaria de prescrever o anti-hipertensivo de última geração, mas como o seu paciente não poderá pagar por ele todos os meses, ele prefere optar por outro com benefício terapêutico um pouco menor, mas de menor preço para garantir a continuidade do tratamento.

Isso explica o sucesso nas vendas aqui no Brasil de produtos “maduros”, pois já possuem concorrência de genéricos e geralmente são amplamente conhecidos pelos médicos.

Ao mesmo tempo, surge no país um novo segmento de mercado, o Estilo de Vida Saudável e sustentável, com foco em saúde, fitness, meio ambiente, desenvolvimento pessoal, qualidade de vida e justiça social. Esse movimento ganha cada vez mais adeptos no mundo todo.

Nos Estados Unidos, é um mercado estimado em US$ 209 bilhões, representando aproximadamente 20% da população de adultos. A partir de 2002, os japoneses também embarcaram na “onda verde” e, hoje, mais de

petrobras.com.br

NEM TUDO FICA MENOR A MAIS DE 6 MIL METROS.
A PETROBRAS FICOU AINDA MAIOR.

A Petrobras é a terceira maior empresa de energia do mundo* e foi a primeira a produzir petróleo e gás no pré-sal brasileiro, a mais de 6 mil metros de profundidade. Por dia, são mais de 2 milhões e 300 mil barris produzidos. Número que só foi possível com muito investimento em pesquisa e tecnologia e, claro, muito trabalho.

BR PETROBRAS

O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

* PFC Energy 50 - Ranking das cinquenta maiores empresas de energia com ações em bolsa.

HEADS

Nova Iorque

30% da população nipônica é consumidora saudável/sustentável. Apesar de não haver dados estatísticos, é nítida a adesão dos brasileiros ao movimento.

Nesse novo mundo verde e sustentável, abre-se considerável espaço à medicina complementar, alternativa e preventiva. De olho nesse filão, a indústria farmacêutica tem de estar preparada. Precisa estar atenta a esse público para oferecer produtos que atendam pessoas preocupadas com a qualidade de vida e a prevenção de doenças. Há 50 anos, a expectativa de vida de um brasileiro era de 43 anos. Hoje, está em torno de 68 anos e, ao longo deste século, deverá chegar a 73 anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nosso país deverá ter a sexta população mais idosa do planeta, em 2025. Serão 34 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que representará 14% da população.

Como impacto dessa nova realidade, os cuidados com alimentação e prevenção de doenças passarão a interferir em toda a economia. Haverá, entretanto, a cobrança cada vez maior por preços justos e produtos de qualidade, com enorme expectativa pela oferta de opções orgânicas, naturais e nutricionais. Ou seja: os produtos deverão voltar-se para os cuidados com o corpo, a mente e o espírito. Nesse universo, as empresas que incorporam esse conceito tendem a ganhar maior participação no mercado, conquistando a preferência do crescente segmento de consumidores que almejam uma vida melhor.

O processo de busca pela qualidade de vida é acelerado quando existe uma ascensão nas classes sociais. O aumento do poder de compra do consumidor também é refletido nos cuidados com a saúde.

Se considerarmos que o medicamento é um bem de primeira necessidade para as pessoas e analisarmos que esse mercado cresce quando a economia também cresce, podemos concluir que nosso país ainda possui uma demanda reprimida, situação totalmente diferente de países desenvolvidos, onde uma promoção de medicamentos ou uma redução acentuada no preço não incorpora mais consumidores e mesmo os já existentes não passam a comprar mais por isso.

Somado à renda está o fator comportamental, pois o brasileiro sempre teve o hábito de somente procurar ajuda médica quando já possui alguma doença, mas esse cenário começa a mudar. Ir ao médico como medida preventiva começa a fazer parte do novo modo de vida das pessoas.

E esse novo mercado da "prevenção" tem um grande potencial de crescimento, pois mesmo no mercado farmacêutico (que é composto por medicamentos que tratam doenças agudas e crônicas) existe crescimento quando há aumento no poder de compra. Logo podemos concluir que, se ainda existe uma demanda reprimida no mercado "paliativo", certamente o potencial do mercado "preventivo" é muito expressivo.

Uma característica muito marcante nessa nova onda de consumo é a multidisciplinaridade, pois os indivíduos passam a consumir não mais os produtos ou serviços, mas uma composição deles, um grupo de ideais que compõem o novo estilo de vida do novo brasileiro.

Todos os dias vemos transformações que mudam os negócios, produtos ou serviços das empresas. É claro que esse processo é mais rápido em outros setores, como tecnologia da informação, por exemplo, mas certamente está chegando a vez da indústria farmacêutica iniciar um processo de reestruturação dos seus negócios. O consumidor já mudou.

Ex-CEO da Medley, preside a holding Value Pharma, que controla duas unidades de negócios sob as marcas Equaliv e Althaia.

Obrigações tributárias acessórias – Reforma Tributária pode começar por elas.

*Rubens Branco**

Sai governo entra governo e o tema de sempre vem para as paginas da imprensa nada mais para fazer de conta que se pretende realmente fazer-se uma reforma tributária no Brasil.Não existe nenhum interesse político por parte de nenhum setor público no Brasil em se reduzir a arrecadação tributária porque se não, uma reforma poderá afetar suas mordomias e benefícios.

No Brasil o peso dos impostos na fabricação de um automóvel é de 30,4% enquanto que na Itália é de 16,7% na França 16,4%, na Alemanha 16% e nos estados Unidos 6,1%.

Enquanto o contribuinte brasileiro continuar de acordo com estas diferenças e seguir pagando estes impostos para adquirir qualquer coisa (o caso dos carros é só um exemplo) sem exigir de seus representantes no Congresso uma mudança de postura a arrecadação tributária só continuará a aumentar a cada mês que passa como vem ocorrendo nos últimos anos, quase que continuamente.

Na realidade uma verdadeira reforma teria de começar pela discussão do tamanho do Estado Brasileiro (coisa que não interessa a nenhum político discutir).Ou seja, precisamos ter 32 Ministérios quando Países desenvolvidos trabalham com 12 ou 15?

Temos de saber qual o custo da máquina pública. Porque o gasto público aumenta continuamente enquanto muito pouco se vê na melhoria dos serviços que os impostos deveriam financiar para a população (tipo educação, saúde e segurança).? Enquanto vivermos uma perspectiva de reforma onde a União diz que não pode reduzir a arrecadação, os Secretários de Fazenda dos Estados dizerem que não aceitam pirulitos em troca da Reforma e a população continuar com a expectativa de pagar menos imposto continuaremos a viver um verdadeiro paradoxo brasileiro sem solução. Redução de carga tributária então nem pensar, pois se vão retirar o custo tributário da folha de salários

(como o governo indica atualmente que pretende fazer para alguns setores da economia) vão jogar onde?

Por isso acho que poderíamos começar pelo mais fácil. O primeiro passo em se tentar reduzir o custo da produção no Brasil no que diz respeito à esfera exclusivamente fiscal (sim porque temos problemas de estradas, infra-estrutura portuária e tantas outras) deveria começar impondo aos entes tributantes limites na criação de novas obrigações tributárias da mesma forma que existem limites para a criação de novos impostos.

No Brasil, os entes federativos (União, Estados e Municípios, mais o Distrito Federal)tem pela Constituição restrição na criação de novos impostos. Muito embora isto não seja grande empecilho para eles, pois vira e mexe surge uma nova taxa surge aqui e outra ali, mas, mas para criarem novos impostos, exige-se uma dedicação enorme por parte do Governo no Congresso e vira e mexe um novo imposto é rejeitado (falo aqui da CPMF).

As obrigações tributárias acessórias que a União, Estados e Municípios impõem aos contribuintes faz dos mesmos verdadeiros empregados de suas Secretarias e Receita sem que o contribuinte tenha qualquer benefício com isso.

Referidas obrigações acessórias nada mais são do que remover o trabalho dos órgãos públicos (fiscalização, controle, etc)passando suas obrigações para o setor privado sem qualquer tipo de benefício e com multas altíssimas em caso de não cumprimento (falo aqui das retenções de impostos nos pagamento de faturas, DCTF's, PerdComp's, Dimof's, etc,etc,).

Assim, já que se reduzir a arrecadação não é mesmo possível, porque o atual Governo não concentra suas forças para reduzir-se substancialmente as obrigações tributárias acessórias e suas multas vergonhosas.?

Nos últimos anos a Receita Federal bem como Estados e Municípios introduziram a eletrônica em seus controles de arrecadação, mas até agora nada se viu em termos de se reduzir a burocracia no controle e pagamento dos impostos. Somos um País altamente eletrônico em termos de controles de arrecadação, mas se continua tendo de guardar tudo que é papel refletido nos controles eletrônicos das autoridades. Porque isso? Em qualquer empresa quando se introduz controle eletrônico a principal razão é a redução da burocracia de papéis que se reflete numa redução geral de custos de controle. Porque no Brasil temos tantos controles eletrônicos de arrecadação, mas não se liberou até hoje nenhuma empresa da guarda de nenhum formulário ou papel por cinco anos ou mais?

Estudo feito pelo banco Mundial indica que se gasta no Brasil mais de 2.100 horas por ano para o controle e pagamento dos impostos, custo este, que junto com o custo dos impostos, vão para o preço final dos produtos e que faz com que um brinquedo para crianças recentemente lançado chamado Googles se compre por U$ 7 nos Estados Unidos e aqui se pagam R$ 34,00 ou quase três vezes mais.

Tivéssemos um pouco de interesse estas distorções podiam diminuir para que a população em geral tivesse seu poder de compra aumentado e com isso fizessem as industrias no Brasil precisarem contratar gente para produzir mais e assim por diante.

Mas se não começarmos de algum lugar (e porque não na redução das obrigações tributárias acessórias) o Brasil com todo o potencial que tem e com todas as oportunidades que está tendo neste quase ainda começo do século 21 chegará ao século 22 como um País dominado pela burocracia e tecnocratas e sem ainda propiciar a sua população aquilo que ela tem direito que é participar também do crescimento econômico globalizado.

Fica aí a sugestão. Abaixo as obrigações tributárias acessórias, ou se não for possível, pelo menos a redução das mesmas.

** Sócio da Branco Consultores Tributários.*

Otimismo racional.

*Silvio Guerra**

Retorno da Conferência de Mercados Emergentes na Califórnia, com cerca de 180 investidores e 90 empresas representadas, das quais 33 da América Latina.

Em termos de oportunidades, é na América Latina, e em particular no potencial do Brasil, que os investidores estão encontrando alternativas de investimentos com empresas de crescimento rápido e boa rentabilidade. É lógico que os Estados Unidos continuam sendo o magneto do mundo. A razão para este sucesso está a mais de 200 anos atrás na história, quando Alexander Hamilton identificou e implantou nos Estados Unidos os ingredientes cruciais para o sucesso econômico: reduzida taxação, mínima barreira regulatória (para incentivar a produção) e dinheiro sempre atrelado a valores e ativos reais (que serve como meio de pagamento, poupança e investimento). De forma geral, Hamilton sabia que a derrocada ou o sucesso das nações estava ligado a assuntos mundanos, tais como dívida sobre o PIB, elevadas taxas de juros para atrair empréstimos estrangeiros, e a implementação de políticas e condições que encorajam o trabalho (a dívida que os EUA tinham na época era a da Guerra da Revolução contra a Inglaterra, a que ele chamava de "o preço da liberdade").

O resto da história todos sabemos: livre mercado que força a competição e um ambiente de liberdade de maneira que industriais e empregados se estabeleceriam em um país rico em recursos naturais, baixa taxação e o Estado de Direito em vigor como sempre foi os Estados Unidos.

A relativa estagnação econômica das nações desenvolvidas, agravada pela situação de desequilíbrio fiscal de alguns dos países membros da Zona do Euro, tem postergado a possibilidade de volta rápida ao crescimento econômico sustentável daquelas regiões.

E com isso, o mundo se volta para os emergentes: em 15 anos, 57% de 1 bilhão de famílias com renda acima de US$20 mil por ano estarão concentrados nestes países. Sete deles, entre os quais o Brasil, vão contribuir com cerca de 45% do crescimento global na próxima década. E estes países vão representar uma parcela cada vez maior em segmentos como automóveis e consumo de maneira geral.

O Brasil é o 10º maior mercado do mundo e tem enorme potencial com o crescimento acelerado de sua classe média que passou de 38,8% da população em 2002 para 51,9% da população em 2010. Apenas como exemplo, a penetração de computadores no Brasil passou de 14,2% (2002) para 31% (2008).

A rentabilidade das empresas instaladas é convidativa: as montadoras Fiat e Ford são rentáveis, a Volkswagen do Brasil só perde em volume para a China e vende no Brasil mais carros que na Alemanha; o banco Santander tem 25% do seu lucro global vindo do Brasil e a Telefonica tem mais clientes no Brasil do que na própria Espanha. A Unilever tem no Brasil o seu 2º mercado depois dos EUA, a Whirlpool e a SAP Software tem no Brasil o seu 3º mercado mundial.

Com isso, os olhos se voltam para nações emergentes como o Brasil que apresenta a possibilidade de retornos elevados e crescimento dos mercados acoplados a situação de solvência do país refletida na melhora dos ratings pelas agências especializadas que colocam o Brasil como uma das principais alternativas de investimento direto ou em ações.

No entanto em 23 de Junho de 2011 a Bovespa apresentava queda de 11% no ano enquanto a bolsa da Grécia, país sob risco de colapso nas finanças publicas tinha queda de apenas 9%, menos que o Brasil. A conclusão é de que a Bolsa aos 61.149 pontos não reflete o potencial e as possibilidades da economia brasileira, uma vez que o ritmo de crescimento se mantém na faixa dos 3,5 a 4% em 2011 sobre um elevado crescimento de 7,5% do PIB em 2010. E a performance das empresas continua lucrativa com uma amostra de crescimento de cerca de 40% do lucro das empresas que divulgaram resultados no 1º trimestre de 2011.

O contraponto a esta situação é o preço barato dos ativos no exterior, onde empresas tradicionais são negociadas a múltiplos de preço/lucro na faixa de 10 vezes, o que atrai o investidor estrangeiro tirando o fluxo de recursos para o Brasil e reduzindo a velocidade de valorização dos ativos em Bolsa. Ou o risco do governo vir a intervir no câmbio para proteger setores exportadores em função da valorização do real.

No fim, vale a velha regra do risco versus a recompensa. O Brasil tem fundamento de longo prazo para garantir retornos. Mas convive com a necessidade de superar os riscos percebidos no país com a volta da inflação, a elevada taxa de juros que deprime o preço dos ativos, a incerteza política, e a intervenção governamental na economia como um todo e em especial sobre a gestão das empresas com peso preponderante no índice Bovespa da Bolsa de São Paulo (Vale e Petrobrás) além da dependência do preço das commodities nas nossas contas externas.

Fontes:
1- McKinsey Report on Emerging Markets
2- Economatica, estudo de Maio de 2011
3- "A Nation Like No Other", Newt Gingrich, Regnery Publishing, 2011.

** Diretor da Localiza Rent a Car.*

Como comprar com segurança de maneira clara e objetiva.

*Mario Mello**

Verify, Trust, Certify, Seguro... Enfim, muitos internautas já devem ter reparado nestes tipos de marcas que são exibidas como troféus em muitos sites. Especialistas da área podem explicar o que significa cada um destes certificados com detalhes técnicos que, na verdade, vão além da compreensão da maioria das pessoas. Porém, vou deixar os bits e bytes de lado e explicar como fazer suas compras na internet de maneira segura.

Antes de tudo, comprar com segurança é poder utilizar e aproveitar todos os recursos e conveniências da internet com a certeza de que os nossos dados não serão compartilhados, furtados ou usados sem a nossa autorização. Por isso é tão comum – e sábio – ter certa resistência em digitar nossas informações pessoais por aí.

E essa preocupação ganha ainda mais força quando se trata de comprar online. O fato é que as ofertas na internet estão cada vez mais atraentes, pois muitas vezes oferecem preços mais vantajosos do que os das lojas físicas, mais variedades de marcas e modelos de qualquer lugar do mundo, além de oferecer a comodidade de não precisar sair de casa na hora da compra.

No entanto, o comércio eletrônico também oferece seus riscos. De acordo com os dados divulgados na sétima edição da F/Radar, entidade que faz levantamentos sobre internet no Brasil, 77% dos internautas brasileiros não fazem compras pela internet. E 23% deste grande grupo não compram, porque têm medo de que o cartão de crédito seja clonado ou usado indiscriminadamente.

De acordo com recente pesquisa realizada pelo Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br) foram registradas no país 91 mil notificações de incidentes de segurança na internet somente no primeiro trimestre de 2011. O número é três vezes maior que a quantidade de incidentes registrados no mesmo período de 2010.

Segundo pesquisa patrocinada pela Symantec no final do ano passado, 76% dos internautas adultos no Brasil já sofreram algum tipo de golpe na internet.

Esses dados provam que você não está sozinho quando se recusa ou pensa duas vezes antes de digitar o número do seu cartão de crédito nos sites de comércio eletrônico e que realmente há de se tomar cuidado na hora de fazer compras online. Afinal, será que essa experiência é realmente segura? O que fazer para comprar de forma clara e realmente segura na internet?

É possível responder essa questão de maneira bastante objetiva: os dados do seu cartão de crédito só estarão seguros se você não tiver de digitá-los todas as vezes que quiser fazer uma compra na internet. Simples assim.

Neste caso, pouco importa os certificados que o site exibe em suas páginas. Se ele o obriga a digitar seu número de cartão de crédito sempre que quiser comprar algo, isso significa que ele não possui a encriptação rigorosa que o autoriza a armazenar em sua base de dados esta importante informação.

E é por isso que você tem a missão de procurar seu cartão de crédito e informar todos aqueles números repetidamente na hora de pagar. O que faz suscitar a dúvida: se o site não pode armazenar esta informação, será que ele é capaz de garantir que a transmissão destes dados seja à prova de falhas?

Enquanto essas questões não estiverem claramente respondidas, elas dificultarão o desenvolvimento do comércio eletrônico no Brasil, pois a confidencialidade dos dados dos usuários está comprometida. Donos de sites continuarão perdendo vendas, porque o cliente tem receio de informar seus dados ou porque não tem o cartão de crédito ao seu alcance no momento em que se sentiu impulsionado a comprar.

Na hora de escolher sua forma de pagamento online, escolha aquela em que você não precise digitar inúmeras vezes seu cartão de crédito e que armazene suas informações em sua base, de maneira que o comerciante efetive a venda e receba o pagamento sem ter acesso aos dados financeiros do comprador.

Na próxima vez que pedirem para que você digite os números do seu cartão para concluir uma compra, lembre-se que o site em questão pode não oferecer o nível de segurança que você espera.

*** Presidente do PayPal no Brasil.***

O mercado de seguros está intimamente ligado ao cenário econômico e social do Brasil.

Ascensão social e estabilidade econômica são alguns dos fatores que contribuem para o crescimento do setor no país.

O mercado brasileiro de seguros está intimamente ligado ao cenário econômico e social do país. A afirmação é do presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros (CNSeg), Jorge Hilário Gouvêa Vieira, durante evento realizado em Brasília, em junho passado. Para ele, o grande desafio é adequar um setor que está em crescimento constante, a um cenário de mudanças e transformações - referindo-se à ascensão social da população brasileira e à estabilidade econômica: "O desafio principal é o da mudança cultural porque mitigar riscos ainda não faz parte da cultura do brasileiro. O desafio é mostrar que o seguro é importante", ressaltou.

Para o presidente da CNSeg, o bom desempenho da indústria brasileira de seguros é resultado de um conjunto de fatores, que envolvem a abertura do mercado para o investimento estrangeiro, as obras de infraestrutura do país, a evolução do crédito, as vendas no varejo e o aumento do emprego e da renda da população. "A partir de 2011, ano que apresenta um novo cenário de mudanças e transformações no ambiente socioeconômico nacional, enquanto o governo brasileiro trabalha para impedir a volta da inflação e conter o consumo acelerado, às seguradoras se apresentam desafios e oportunidades que poderão conduzi-las a aperfeiçoar a prestação de seus serviços".

Segundo informações da Superintendência de Seguros Privados (Susep), a indústria de seguros cresce acima do PIB, que apresentou aumento no ano passado de 7,5%, enquanto o mercado segurador brasileiro avançou 17% em relação a 2009. De acordo com a resenha, o faturamento dos segmentos de seguros, previdência e capitalização somou R$ 111.129 milhões até dezembro de 2010. A previsão de crescimento para 2011 é um incremento de 12%, ou seja, R$ 124.864 milhões.

Já o lucro líquido das seguradoras totalizou R$ 8.714 bilhões até dezembro de 2010, sendo os três maiores grupos, Bradesco, Itaú Unibanco e Banco do Brasil, respectivamente, os que somam 40% das reservas. O Bradesco, com forte atuação no varejo e distribuição de seguros com foco em baixa renda, lançou alguns produtos para o consumidor com este perfil, como o seguro para os moradores do Morro Dona Marta, no Rio de Janeiro.

Para atender a este novo perfil de consumidor, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que permitirá o desenvolvimento do mercado de microsseguros no Brasil. "A regulamentação do microsseguro é uma questão de política pública, uma que vez que pode ser um importante instrumento para garantir sustentabilidade às políticas sociais para a ascensão das camadas mais pobres da população", ressaltou Gouvêa, que também avaliou a situação dos idosos no país, um fato, que, para ele, irá impactar diretamente no setor: "O Banco Mundial estima que o número de idosos do Brasil triplicará em 40 anos, saltando de menos de 20 milhões em 2010 para aproximadamente 65 milhões em 2050. O IBGE aponta que a expectativa de vida saltará de 73 anos, em 2009, para 81 anos, em 2050. Esses fenômenos vão impactar especialmente nos segmentos de seguros de saúde e previdência".

Os 10 maiores grupos seguradores em lucro líquido*

	JAN / DEZ 2010			JAN / DEZ 2009	
Grupos seguradores	R$ Milhões	S/PL no final do período	Crescimento	R$ Milhões	S/PL no final do período
Bradesco	2.741	24%	-21%	3.462	35%
Itaú Unibanco	1.471	9%	7%	1.374	10%
Banco do Brasil	940	47%	37%	684	54%
Caixa	808	30%	18%	682	29%
Sul América	492	21%	51%	327	16%
Mapfre	397	19%	131%	172	10%
Porto Seguro	322	18%	15%	281	18%
HSBC	320	18%	21%	264	15%
Santander	267	10%	-25%	355	14%
Fator Seguradora	168	159%	-	1	1%
outros grupos	786	8%	-24%	1.039	12%
TOTAL	**8.714**	**17%**	**1%**	**8.640**	**19%**

** Não inclui saúde e entidades de previdência privada. ** Fonte: Susep.*

Mercado de capitais e desenvolvimento econômico.

*Luiz Leonardo Cantidiano**

Ao longo da última década, o Brasil adotou inúmeras providências de ordem legal e regulatória que fizeram com que o nosso mercado de valores mobiliários pudesse atingir níveis recordes de participação no processo de financiamento dos investimentos necessários ao desenvolvimento de nosso país.

Dentre as medidas que foram adotadas cabe destacar a regulação, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de atos dispondo sobre (a) a divulgação de informação relevante das companhias abertas, (b) a apresentação de ofertas públicas, voluntárias ou mandatórias, de aquisição de ações e de outros valores mobiliários, (c) a distribuição pública (primária ou secundária) de valores mobiliários, (d) a criação de fundos de investimento em participação (conhecidos como private equities), fundos de recebíveis e fundos imobiliários, (e) o registro de sociedades emissoras de valores mobiliários e (f) a emissão e oferta de certificados de recebíveis imobiliários (CRI).

Ademais, temos tido substancial avanço na convergência às regras internacionais das normas de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis das sociedades e demais entidades submetidas à jurisdição da CVM.

Com efeito, além de ter havido uma quantidade expressiva de operações de abertura de capital das companhias brasileiras, com continuada oferta inicial de valores mobiliários (ações e debêntures), provendo quantidade recorde de recursos financeiros que lhes permitam crescer e modernizar-se, o nosso mercado tem propiciado a realização de investimentos privados (por intermédio dos private equities) em sociedades fechadas, algumas delas criadas para desenvolver projetos específicos nos mais diversos setores da economia. Ademais, através do crescimento dos fundos de recebíveis, o mercado tem permitido que os agentes econômicos possam financiar seu capital de giro de forma mais expedita e menos custosa.

Ao mesmo tempo em que fornece, como aqui referido, recursos aos empreendedores para que eles possam financiar suas atividades, o mercado de valores mobiliários oferece, aos investidores, mecanismos alternativos e seguros para aplicação de sua poupança, possibilitando aos poupadores (especialmente aqueles de longo prazo) alternativas para diversificar seu portfólio.

Nesse momento, em que o país tem um grande desafio à frente, necessitando fazer grandes investimentos na área de infraestrutura (estradas, portos, aeroportos, energia, etc), em saúde e educação, na preparação para a Copa do Mundo de 2014 e os jogos olímpicos de 2016, é inquestionável a contribuição que se espera dos diversos atores que atuam no mercado de valores mobiliários.

Estou plenamente convencido de que, pela expressão que tem hoje, o nosso mercado de capitais terá um papel ímpar nesse processo de desenvolvimento do país, provendo os recursos necessários à realização dos investimentos exigidos, democratizando a propriedade e oferecendo, aos investidores, alternativas que lhes permitam auferir melhores e mais seguros rendimentos da aplicação de suas poupanças.

---

* Na última edição da revista este artigo saiu com erro de revisão. Estamos republicando aqui na versão correta.

**Advogado e ex-presidente da CVM.*

CARNAVAL 2012

Em Julho último, foi realizado o sorteio que definiu a ordem dos desfiles das escolas de samba do Grupo Especial para o carnaval 2012, na Cidade do Samba, na Gamboa. No domingo, às 21h, começa a apresentação da Renascer de Jacarepaguá, que subiu para o Grupo Especial no carnaval deste ano. O grupo será seguido pela Portela, Imperatriz Leopoldinense, Mocidade Independente de Padre Miguel, Porto da Pedra, Beija-Flor de Nilópolis - atual campeã - e Unidos de Vila Isabel, nesta ordem. Para a segunda-feira, o espetáculo fica por conta da São Clemente, União da Ilha, Acadêmicos do Salgueiro, Estação Primeira de Mangueira, Unidos da Tijuca e por último, Grande Rio.

BOM NEGÓCIO

A Secretaria de Turismo da cidade do Rio de Janeiro (Riotur) divulgou um novo estudo de impacto econômico do Rock in Rio 2011 na cidade do Rio, devido ao acréscimo de um dia na programação do festival. O primeiro previa uma movimentação de US$ 376,5 milhões, agora o número saltou para US$ 419 milhões. O levantamento prevê que dos 700 mil expectadores, 315 mil serão turistas e que a ocupação hoteleira poderá chegar a 98%. Estes números são bastante significativos, ainda mais quando contrastamos com o impacto econômico de todos os festivais de música juntos em países com o Reino Unido. - O estudo prevê que 10% dos expectadores serão estrangeiros, 35% turistas nacionais e 55% serão cariocas. Os gastos dos turistas está estimado em US$ 233 milhões. Esse valor inclui os gastos com ingresso e transporte. A estimativa de gastos com alimentação e produtos na Cidade do Rock é de US$ 21 milhões. O estudo não é definitivo, posteriormente a Secretaria realizará uma nova pesquisa para mensurar o impacto gerado pelo evento na economia carioca.

OBRAS NOS PORTOS

A Secretaria Nacional dos Portos anunciou que dará continuidade nas obras de melhoria de infraestrutura nos sete principais portos do país, com investimento previsto de R$ 740 milhões e término para o final de 2013. Os portos que irão contar com as obras de maior porte para a Copa do Mundo e as Olimpíadas são os de Fortaleza, Natal, Salvador, do Rio de Janeiro, de Santos, Manaus e Recife. Os portos de Santos, Rio de Janeiro e Salvador poderão comportar até seis navios cada. Os de Natal, Recife, Fortaleza e Manaus terão ancoradouros para dois navios. A Secretaria também está colocando em prática o Plano Nacional de Logística Portuária, para atender à demanda durante os megaeventos esportivos que vão acontecer no país, nos próximos anos.

COMPRAS COLETIVAS

Em 2010 começaram a surgir os sites de compra coletiva no Brasil. E cada vez mais essa forma de comércio tem crescido. Só para se ter uma idéia, no ano passado o setor movimentou cerca de R$ 10,7 milhões no Brasil e, segundo dados do e-bit, a estimativa chega à cifra de R$ 14 bilhões para este ano. O motivo que tem resultado nesses números exorbitantes são as inúmeras vantagens que o e-commerce (compra e venda de produtos pela internet) oferece às empresas e aos consumidores também. No caso dos consumidores, um dos maiores atrativos da compra pela internet é adquirir produtos com descontos que chegam a 90%. Já os comerciantes vêem esse nicho como uma excelente ferramenta que permite aumentar o mailing e oferecer os demais serviços da empresa. E cada vez mais surgem sites voltados para setores específicos, como é o caso do OFESTA, o primeiro site de compras coletivas para festas e eventos. Em funcionamento desde o dia 03 de maio deste ano, o portal oferece ofertas de serviços e produtos de qualidade com um diferencial importante: não precisa de número mínimo de compradores.

PATROCÍNIO PARA COPA

A Fifa anunciou recentemente o mais novo patrocinador para a Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil: a Johnson & Johnson, sendo responsável com os "cuidados com a saúde", segundo o comunicado oficial. O documento também destacou que o "anúncio representa a conclusão das vendas de patrocínio global do evento por parte da Fifa três anos antes de a bola rolar". O diretor de marketing da Fifa, Thierry Weil disse estar satisfeito com a parceria: "Ter uma empresa global amplamente difundida e de confiança como a Johnson & Johnson como patrocinador da Copa do Mundo é um grande trunfo para a Fifa, e estamos honrados de recebê-la a bordo. Concluir as nossas vendas de patrocínio global três anos antes do evento é verdadeiramente notável e motivo de grande orgulho para a Fifa". Restam somente três espaços de patrocínio reservados para empresas nacionais.

MICROSOFT

Osvaldo Barbosa de Oliveira, diretor geral de consumo e online da Microsoft, acaba de anunciar que deixará o cargo após 21 anos de serviços prestados. "Deixo o meu agradecimento a todos que estiveram ao meu lado, os colaboradores e líderes da Microsoft, clientes e parceiros do mercado e todos os amigos e familiares", em nota divulgada no site da empresa. O executivo será substituído por Marcos Swarowsky, que estava sendo preparado para o momento e está na companhia há 11 anos. Ele será responsável pela diretoria da nova divisão de publicidade online da empresa no país. "A criação dessa diretoria está em linha com a posição de elevar os dois negócios para uma divisão independente, reportando-se diretamente ao presidente da Microsoft no Brasil, Michel Levy". A área de marketing para o consumidor, que também era comandada por Osvaldo, passa a ser liderada pela atual diretora de marketing e operações, Paula Bellizia, que assume após a saída do executivo.

BC E CARTÃO DE CRÈDITO

O Banco Central (BC) restringiu no final de julho o número de parcelas do crédito consignado via cartão de crédito à 36. O prazo chegava a 60mensalidades, no caso dos empréstimos concedidos aos aposentados e pensionistas do INSS. A instituição financeira que quiser manter o ritmo - com o número de parcelas supeiror a 36 - terá de aumentar a sua reserva de capital.

Dados do BC mostram que o crédito consignado continua em expansão no país: entre abril e maio, o volume das concessões cresceu 1,24%.

FILMES ONLINE

A Netfix divulgou comunicado ao mercado informando que irá oferecer seus serviços de vídeo sob demanda no Brasil ainda este ano, bem como expandirá seus serviços de distribuição on line a 43 países da América Latina e Caribe. A progrmação poderá ser recebida por computadores, tablets, televisores, players de Blu-ray e consoles para jogos com acesso à internet (Wii, Playstation, Playstation 2 e, futuramente, Xbox 360), em conteúdo disponibilizado em inglês, espanhol e português. Concorrente das empresas de TV a cabo, a Netfix possui 23 milhões de usuários nos países em que opera, uma boa parte nos Estados Unidos e Canadá, apresentando faturamento anual de aproximadamente US$2,2 bilhões.

ACCOR LUXO

Em comunicado, a Pullman, marca de hotelaria de luxo do grupo Accor, anunciou a abertura de seu primeiro estabelecimento no Brasil, mais precisamente em São Paulo, o que caracteriza mais uma ação de estratégia de desenvolvimento internacional. O objetivo, futuramente, é abrir um hotel em cada uma das principais cidades da América Latina. Segundo o documento "a rede dá prosseguimento ao seu forte desenvolvimento na China com quatro novas inaugurações até o final do ano, elevando para 12 o número de estabelecimentos Pullman nesse país". O plano é reunir 150 hotéis no mundo, atualmente o número chega a 70. O grupo conta com mais de 140 hotéis do nível econômico ao luxo e é o 5º grupo hoteleiro do mundo.

PLANO DE SAÚDE

Com a compra da Lincx pela Amil, fusão que ainda aguarda a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão que fiscaliza as maiores empresas de saúde do país, a guerra entre as operadoras de saúde tende a esquentar. Prova disso é o investimento em marketing da Omint, que recentemente divulgou aumento de 60% da sua verba para ações que almejam conquistar o público elitizado. Por meio do slogan "Quando os planos de saúde mudam, é bom contar com um que continua exclusivo", a Omint pretende ganhar essa disputa, investindo R$ 3,8 milhões na campanha, que inclui peças publicitárias e ações na internet. Em 2010, a Omint investiu R$ 6 milhões em comunicação e nos cinco primeiros meses de 2011, registrou crescimento de 9%. A empresa pretende fechar o ano com um faturamento estimado em R$ 630 milhões.

PARQUE DOS FALCÕES

Para aqueles que buscam lugares diferentes para visitar, não deixe de conhecer o Parque dos Falcões, localizado a 45 km de Aracaju, aos pés da Serra de Itabaiana. O instituto cuida de mais de 300 aves de rapina, entre gaviões, falcões, corujas, socós-boi, pombos, entre outros. Já conhecido por muitos turistas, estudantes, biólogos, e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, o Instituto é um dos poucos locais do país com autorização do IBAMA para a criação dessas aves em cativeiro. Com o objetivo de proteger as espécies de aves de rapina que habitam o céu brasileiro, o Parque dos Falcões tornou-se uma referência mundial no manejo, reprodução e reabilitação desses animais, acumulando um grande conhecimento sobre o seu comportamento. O parque está aberto ao público todos os dias da semana. É indispensável agendar previamente a sua visita. Acesse www.parquedosfalcoes.com.br.

ARMAZÉM AVENTURA

Precisa comprar ou vender equipamentos para escalada, montanhismo, camping e ciclismo, livros e filmes, roupas, calçados e acessórios para a prática de esportes de aventura? O lugar ideal é no Armazem da Aventura. A loja, especializada em equipamentos esportivos usados e ponta de estoque foi criada e inspirada numa loja canadense na pequena cidade de Canmore nas Rochosas. A ideia nasceu no início dos anos 2000 em bazares organizados por seus idealizadores. "Enxergamos a importância de orientar os nossos amigos na escolha e na compra de equipamentos quando partiam para as aulas de campo ou para as suas primeiras atividades de aventura. Que roupa uso? Qual um bom modelo de barraca? Quantos graus este saco de dormir aguenta? Eram perguntas frequentes", escreveu o casal Antônio Calvo e Luiza Calvo, amantes e praticantes de esportes de aventura no site da loja. É uma alternativa para aqueles que buscam produtos novos a preços acessíveis e também, um pequeno conselho sobre o que e como usar.

www.armazemaventura.com.br

PRÊMIO BRAVO

Em outubro acontece a sétima edição do Prêmio Bravo! sob o tema "Cultura para Mais Gente" e homenageia os artistas da produção cultural do Brasil em áreas como literatura, artes plásticas, cinema, música, teatro, dança, arte e cultura digital. Um dos patrocinadores é o Bradesco Prime, voltado para clientes Premium, que renovou sua cota master, assim como faz desde a primeira edição do evento. Na edição de 2010, uma seleção especial de artistas e amantes da cultura compareceu na festa realizada na Sala São Paulo, no centro de São Paulo que homenageou o centenário de nascimento do Poeta da Vila, o sambista brasileiro Noel Rosa. O prêmio foi criado pela Editora Abril e é uma homenagem realizada pela Revista Bravo! que acontece anualmente, desde 2005 com o objetivo de premiar os expoentes da produção cultural do país, considerando sua contribuição e importância para o setor.

IPHONE 5

A entrega dos primeiros iPhones 5 já está definida para setembro. A fabricante de aparelhos eletrônicos Pegatron, sediada em Taiwan, recebeu um pedido da Apple para a montagem de 15 milhões do aparelho, que, segundo relatos, não é muito diferente do atual iPhone 4. Especula-se que o novo aparelho tenha as laterais retas ou chanfradas, de qualquer maneira, deverá ficar mais fino. O vidro traseiro será substituído por uma carcaça metálica e é muito provável que a Apple ofereça duas opções de cores para a parte plástica, branco e preto, como acontece com o iPad2. A companhia registrou um faturamento recorde no segundo trimestre fiscal de 2011, de US$ 24,67 bilhões, com um lucro líquido de US$ 5,99 bilhões, ou US$ 6,40 por ação diluída. No ano passado, os números foram de US$13,5 bilhões, US$3,07 bilhões e US$3,33, respectivamente.

terminais marítimos

Operamos dois terminas adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o Terminal de Contêineres MultiRio e o Terminal de Veículos MultiCar, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro

portos secos

Localizados estrategicamente nas cidades do Rio de Janeiro, Resende e Juiz de Fora, recebemos carga importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros

terminais aeroportuários*

Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o Aeroporto Regional da Zona da Mata está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros

logística integrada

Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, oferecemos soluções customizadas de logística integrada

Usando tecnologia de ponta como: SAP R/3, Navis SPARCS e também software proprietário, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.

* Totalmente operacional até Junho 2011

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405
Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600
Fax +55 21 2262-9486

contato@multiterminais.com.br
www.multiterminais.com.br

O desafio de ampliar o financiamento de longo prazo.

*Murilo Portugal**

A economia brasileira mostra resultados positivos, com crescimento econômico sustentado, inflação controlada, certa disciplina fiscal, redução da vulnerabilidade externa e melhora importante nos indicadores sociais.

Há, porém, desafios para manter esta trajetória e, principalmente, para avançar além do que já alcançamos.

Um destes desafios é a ampliação da poupança interna e dos investimentos para assegurar uma trajetória de crescimento sustentado no decorrer dos próximos anos.

O Brasil é um pais que poupa e investe pouco. A taxa de investimento, na faixa de 18,4% do PIB no primeiro trimestre de 2011, precisaria chegar a 23% do PIB para o país crescer em torno de 5%, na média, sem inflação e sem desequilíbrios externos. Para alcançar isso estima-se a necessidade de investimentos adicionais de, no mínimo, R$ 1,3 trilhão nos próximos cinco anos.

O setor público precisa ampliar o espaço fiscal para poupar e investir mais, contribuindo assim para estabilizar o déficit em conta corrente, que não pode crescer indefinidamente. Mas será fundamental também elevar a participação do setor privado nacional no financiamento do investimento. Algumas pré-condições são importantes para que isso possa ocorrer:

1-) Inflação baixa e previsível – Inflação baixa e com menor volatilidade fornece um ambiente previsível para o planejamento econômico de

longo prazo, contribui para reduzir as taxas de juros de curto prazo e estimula os poupadores a alongar as aplicações.

2-) Fontes privadas de financiamento de longo prazo e mercados secundários líquidos e profundos – Os investidores estão acostumados com indexação e liquidez diárias, herança do processo de descontrole monetário que precisa ser equacionada se quisermos que os bancos privados disponham de recursos privados para ampliar a oferta de crédito de longo prazo. Para alongar estes prazos, o poupador privado precisa ter um retorno maior nos papeis de longo prazo com a criação de novos instrumentos. Considerando as nossas taxas de juros já muito elevadas, um tratamento tributário diferenciado poderia ajudar a ampliar o retorno para o poupador sem onerar o tomador. O lançamento das Letras Financeiras e seu forte crescimento do período recente é uma boa notícia. Recentes medidas do governo, incluídas na lei, como isenção tributária para as debêntures ligadas a projetos de infraestrutura, são bem vindas. Mas é preciso ainda avançar mais na criação de mercados secundários líquidos para os papeis privados, a fim de dar segurança de saída a preço razoável ao investidor. Para isso é preciso avançar na padronização dos instrumentos de captação, maiores volumes negociados em cada instrumento, emissões constantes segundo um cronograma conhecido e previsível (a exemplo do que ocorreu com a dívida pública) e incentivo a fundos que elevem a liquidez dos títulos privados de prazo mais longo funcionando como "*market makers*" do mercado secundário. Atrair o investidor estrangeiro, cuja participação tem sido fundamental no bem sucedido processo de alongamento da dívida pública interna, ajudaria também nesse processo.

3-) Fortalecimento e ampliação dos mercados de capitais - apesar do crescimento expressivo já ocorrido em anos recentes, será preciso mais intensa participação do mercado de capitais. Em que pese a robusta capitalização dos bancos nacionais, o volume de novos investimentos requerido está acima da capacidade das instituições financeiras de carregar todos estes novos ativos em seus balanços. Será necessário, portanto, fortalecer as atuais e criar novas estruturas nos mercados de capitais para financiar esses investimentos, seja diretamente seja adquirindo ativos dos bancos.

4-) Segurança jurídica e agenda de reformas estruturais e microeconômicas - é intuitivo que quanto maior é o prazo de uma operação/investimento, maior é a incerteza existente e, portanto, maior será a segurança jurídica requerida pelo investidor. Mais segurança jurídica (manutenção das regras do jogo, das cláusulas dos contratos e confiança na rápida execução das garantias – quando for o caso, processo rápido de solução de disputas) reduz os riscos associados ao longo prazo e contribui para a redução das margens cobradas. É fundamental também que se retome uma agenda de reformas estruturais e microeconômicas para reduzir os custos de transação e ampliar a atratividade do investimento de longo prazo.

O momento é de ação e o caminho é longo; a boa notícia é que já demos a partida, estamos na direção certa e com chances de sermos bem sucedidos.

**** Presidente da FEBRABAN.***

Welcome Netflix.

*Marcelo Spinassé**

A maior empresa de distribuição de filmes online do mundo, a americana Netflix, deve desembarcar no Brasil em breve – os rumores são para setembro deste ano. A Netflix deve fechar 2011 com uma base de 25 milhões de assinantes. Em pouco tempo, se tornou a maior distribuidora online de filmes nos Estados Unidos, fazendo sucumbir sua competidora, a Blockbuster americana.

De acordo com o relatório da Sandvine, a Netflix representa hoje 29,7% de todo o tráfego de streaming nos Estados Unidos, superando o site de compartilhamento BitTorrent (10,37%) e o YouTube (9,85%). O estudo estima que a categoria de streaming de conteúdo de entretenimento representará de 55% a 60% de todo o tráfego na internet até o final de 2011. E ela está vindo para o Brasil. O que devemos esperar?

O primeiro sentimento das empresas que estão operando e apostando no mercado de VOD (vídeo on demand) pode ser de que terão de batalhar contra um Golias, e a luta será difícil. Mas não é bem assim. O grande desafio que temos hoje no Brasil não é a competição entre as empresas que oferecem VOD. Nossa primeira batalha, na verdade, será com o consumidor e as operadoras de banda larga – e nesta luta, a Netflix é aliada.

Explico. Operando no mercado de distribuição digital de vídeos há cinco anos, os maiores desafios que temos enfrentado são comunicar para o consumidor que o serviço existe e que ele pode utilizá-lo com segurança, criar o hábito de consumo de conteúdo digital pago e infraestrutura ruim de banda larga.

Nestes três pontos abordados, a Netflix só virá para agregar. Ela deverá pousar no Brasil com um orçamento de marketing gigante, para criar um posicionamento no mercado. Comunicará não somente a marca, mas, principalmente, a possibilidade do usuário assistir o que quiser e a hora que desejar, ou seja, o vídeo sob demanda.

Uma vez que o usuário seja impactado com esta possibilidade, começará a utilizá-lo e criará um novo hábito de consumo. Passará a conhecer o VOD e a ser usuário deste serviço. Hoje, no Brasil, poucas pessoas sabem que o VOD está disponível por aqui desde 2008.

Neste ponto, enfrentaremos um novo, porém conhecido, problema: nossa infraestrutura de conectividade. Nossa banda larga é muito ruim. Com exceção de alguns serviços em grandes cidades, a internet é precária. As operadoras garantem apenas os tais 10% da banda contratada, ou seja, se você contrata um link de 1Mbps, a operadora é obrigada a te entregar, por contrato, apenas 100Kbps, e assim não dá para assistir vídeo na internet.

O pressuposto do VOD é entregar o vídeo com alta qualidade. Em alguns casos, em alta definição. Para isto, é necessário ter uma banda real superior a 2Mbps. Isto seria possível contratando um link de 20Mpbs, o que não é usual. Com a chegada de um grande player, como a Netflix, e com o aumento no número de usuários, que pagarão e irão querer consumir os vídeos, haverá uma busca por serviços de melhor qualidade. As reclamações aumentarão muito e a operadora que oferecer o melhor serviço conseguirá reter e trazer novos clientes para sua base. Porém, será necessário investimento nas operações de infraestrutura para melhorar o nível do serviço.

Welcome Netflix! Você fará grandes investimentos em marketing para comunicar um serviço novo e pouco conhecido, isto criará um novo hábito de consumo e um novo mercado emergirá. As operadoras de banda larga serão obrigadas a melhorar seus serviços investindo em infraestrutura. Tudo bem que você poderá pegar uma boa fatia no mercado, mas às vezes "é melhor ser rabo de leão do que cabeça de rato" – melhor ter um percentual de alguma coisa do que 100% de nada.oferecendo ao mercado uma estrutura completa de produção.

** CEO da Truetech.*

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Arbitragem
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Societário
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

Desde 1956

RIO DE JANEIRO Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000
Rio de Janeiro RJ Brasil Tel 55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax 55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002
São Paulo SP Brasil Tel 55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax 55 (11) 3082 3272

designground

Cemig

O maior grupo integrado do setor de energia elétrica do Brasil, a Cemig (conjunto de empresas: Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Companhia Energética de Minas Gerais) é um dos mais sólidos e importantes do segmento, constituído por 58 empresas e 10 consórcios. Somente em Minas Gerais, Estado onde nasceu, responde por 96% da área de concessão. A companhia possui 475 mil km de linhas de distribuição, atendendo a cerca de 18 milhões de pessoas em 774 municípios.

É também o maior fornecedor de energia para clientes livres do país, com 25% do mercado, o terceiro maior grupo gerador e transmissor e o maior grupo distribuidor do Brasil. Somente no primeiro trimestre do ano, a estatal registrou lucro líquido de R$ 526,15 milhões, o que representou alta de 1,1% em relação ao medido no mesmo período do ano anterior. Possui valor de mercado avaliado em R$ 18,2 bilhões - ágio de 43% sobre o valor do patrimônio contábil. A companhia fechou o ano de 2010 com lucro de R$ 2,3 bilhões, o que indica o maior lucro nominal da história.

Companhia de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais possui 117 mil acionistas em 40 países. Suas ações são negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Nova York e Madri.

Ocupando a terceira posição entre as maiores geradoras do País, a Cemig, por meio de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas de geração, possui em operação 65 usinas, sendo 59 hidrelétricas, quatro termelétricas e duas eólicas, com 6.896 MW de capacidade instalada no ano de 2010. Visando a expansão da geração, a companhia estruturou o programa de ampliação de pequenas centrais elétricas (PCHs), que se encontram na fase de conclusão dos projetos básicos e dos estudos ambientais. Atualmente, somam-se 34 PCHs, entre próprias, de subsidiárias e consórcios, com capacidade total de 193 MW.

A Cemig detém participação, ainda, na TBE - Transmissoras Brasileiras de Energia, grupo que controla investimentos em nove empresas transmissoras. Também possui 56,69% do capital total da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa), atua no mercado de transmissão de energia elétrica e está presente nos estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Com a operação, a companhia ampliou sua rede de transmissão de energia, aumentando a participação no setor de transmissão brasileiro de 5,4% para 12,6%. Também possui investimentos no segmento de gás natural (Gasmig), telecomunicações (Cemig Telecom) e eficiência energética (Efficientia).

No Estado do Rio de Janeiro a empresa exerce papel de destaque por meio da Cemig Distribuição e Light Serviços de Eletricidades S.A. São mais de 3,9 milhões de consumidores atendidos em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro. A Light divide sua área de concessão em três regionais: Metropolitana, Grande Rio e Vale do Paraíba, com o objetivo de tornar o atendimento mais eficaz e estar próxima do cliente. Com mais de um século de atuação, a Light S.A. é uma holding que controla integralmente suas subsidiárias, que participam em três segmentos de negócio: a Light Sesa, em distribuição de energia, a Light Energia, em geração de energia e, em comercialização e serviços de energia, a Light Esco, a LightCom e a Light Soluções, as duas últimas criadas em 2010.

NOVOS NEGÓCIOS

Sucesso em seus negócios, a empresa também pretende investir no mercado de energia eólica. Segundo informações apuradas pelo Jornal Valor Econômico, a Light está concluindo a compra de aproximadamente 50% do capital da Renova Energia, empresa paulista controlada pela RR Participações, para construir parques geradores de energia eólica totalizando 423 megawatts (MW), além de projetos em várias etapas de maturação, totalizando 1.783 MW. A Renova Energia é uma empresa que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e energia eólica. Conta com três PCHs em operação - o Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, na Bahia, que soma 41,8 MW e 20 parques eólicos na Bahia que somam 423 MW, em fase de implantação - e tem grande portfólio de projetos de energia alternativa renovável, distribuído nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Goiás, Tocantins e Paraná. Entre os sócios da Renova estão o Banco Santander, o Fundo InfraBrasil e o FIP Caixa Ambiental, administrados de forma independente pelo Banco Santander, e os fundadores da empresa através da holding RR Participações.

Luiz Fernando Rolla, diretor financeiro da Cemig.

Para a Cemig, desenvolvimento sustentável é a busca de melhores condições de vida para a geração atual e para as gerações futuras. É a condução ética, transparente e rentável de seus negócios, respeitando o meio ambiente e atuando com responsabilidade social.

Recentemente, o diretor financeiro da empresa, Luiz Fernando Rolla, disse que a companhia pretende vender R$ 1 bilhão em ações da Taesa em 2012. "A Cemig tem R$ 3 bilhões em fluxo de caixa para investir em crescimento orgânico e aquisições, e precisa levantar R$ 4 bilhões por meio de títulos e ações nos próximos 12 meses, para ajudar a financiar os projetos para a Copa do Mundo".

SUSTENTABILIDADE

Hoje a empresa é uma referência na economia global, reconhecida por sua atuação sustentável. Há 11 anos consecutivos, faz parte do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World). A edição 2010/2011 selecionou novamente a companhia mineira como líder mundial do supersetor de utilities, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento, entre outras de utilidade pública em todo o mundo.

Além disso, a empresa foi selecionada em 2010 pela sexta vez consecutiva para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Esse Índice reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas listadas na Bovespa reconhecidamente comprometidas com a sustentabilidade empresarial. Também é a única concessionária do setor elétrico da América Latina a fazer parte do The Global Dow Index. Criado em 2008, o índice americano inclui 150 empresas de 25 países, consideradas líderes mundiais, e tem por objetivo servir como referência no mercado internacional. No Brasil, apenas três companhias foram listadas.

Para a Cemig, desenvolvimento sustentável é a busca de melhores condições de vida para a geração atual e para as gerações futuras. É a condução ética, transparente e rentável de seus negócios, respeitando o meio ambiente e atuando com responsabilidade social. Agindo dessa forma, a Cemig gera valor para os seus acionistas, consumidores e para toda a sociedade. Confirmando esse posicionamento, a Cemig teve seu risco socioambiental corporativo classificado como Prime, pela agência alemã Oekom Research.

Estresse, o mal do século.

Excesso de trabalho, competitividade, trânsito caótico são aflições diárias na vida de milhares de executivos que almejam crescimento profissional. Para isso, esses profissionais são capazes de aguentar horas a fio em um ritmo acelerado, assumindo responsabilidades e atividades cada vez maiores impostas pelas empresas, tudo para alcançar o "perfil profissional perfeito", além de ter de cumprir as exigências do mercado, como atividades extracurriculares e cursos profissionalizantes.

Gilberto Ururahy, médico e diretor da MedRio

A consequência dessa correria insana tem nome e traz prejuízos enormes para a saúde do executivo: estresse. De acordo com um estudo estatístico realizado pelo laboratório de diagnósticos Med-Rio Check-up sobre a saúde dos executivos, 70% possuem um estilo de vida com altos níveis de estresse – sendo 62% das mulheres e 68% dos homens - 60% mantêm uma alimentação desequilibrada e 50% apresentam altos níveis de gorduras circulantes (veja quadro das porcentagens das condições de saúde abaixo). "Esse é o mal do século, pois é o gatilho para uma série de distúrbios, como a insônia, a baixa imunidade, o recurso da automedicação para dormir e, em último grau, o câncer", afirma o médico Gilberto Ururahy, médico e diretor da Med-Rio.

Ao longo de 20 anos de existência, a Med-Rio realizou o estudo observando as condições de saúde relacionadas aos fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas, tais como obesidade, diabetes, hipertensão arterial, entre outras, tendo como base mais de 50 mil exames realizados em clientes, com homens e mulheres, entre 30 e 75 anos. A conclusão a que se chegou é de que a saúde do homem moderno está ameaçada. "O pano de fundo destas condições é o estresse do cotidiano, que conduz o indivíduo a hábitos de vida insalubres, ou seja, a um estilo de vida inadequado. Neste contexto, o check-up médico é uma ferramenta fundamental para a prevenção da saúde e pela busca da longevidade com autonomia".

Diante de tantos números alarmantes, Ururahy e o médico Éric Albert, decidiram alertar e orientar as pessoas a se precaverem, aconselhando o check-up médico preventivo, o controle das emoções e a mudança de hábitos de vida, por meio do livro publicado pela Editora Rocco, "O Cérebro Emocional - As Emoções e o Estresse do Cotidiano". O livro propõe que é possível transformar esse estresse ruim em energia boa, aquela que motiva e realiza. O alerta vai principalmente para aquelas pessoas que esperam acontecer alguma coisa ruim, como a morte de um ente querido ou o surgimento de uma doença grave.

A Med-Rio é uma empresa carioca, presente há 20 anos no mercado de saúde. Fora do ambiente hospitalar e em um único período do dia, pela manhã ou a noite, o laboratório realiza todos os exames necessários para um check-up médico completo.

Fundada na crença de que a saúde vem sempre em primeiro lugar, a empresa disponibiliza aos seus clientes tecnologia de ponta em equipamentos e um corpo médico integrado pelos mais renomados profissionais. Tudo em um ambiente confortável, com estacionamento próprio, emoldurado pela relaxante vista da Baia da Guanabara.

Saúde dos executivos (em percentuais)

70% Têm estilo de vida com altos níveis de estresse
60% Mantêm uma alimentação desequilibrada
50% São sedentários
50% Apresentam altos níveis de gorduras circulantes
50% Consomem bebidas alcoólicas regularmente
45% Estão acima do peso ideal
36% Têm displasias mamárias
30% Desenvolvem nódulos da tireóide
28% Têm varizes
26% Apresentam lesões cutâneas
25% São fumantes
21% Sofrem de insônia

Fonte: Med-Rio

Ciclo de investimentos no Brasil e a situação econômica mundial.

Os desafios são enormes. Controlar a inflação, moderar o crescimento da economia, criar condições de financiamento, atrair capitais, estimular o aumento da poupança. Estes são apenas alguns dos itens da agenda dos dirigentes brasileiros, que acompanham paralelamente, a pressão pela conjuntura internacional.

Para o economista-chefe do Banco Bradesco, Octavio de Barros, o ciclo de investimentos, que tem crescido desde o primeiro trimestre de 2005, deve aumentar. "Realizamos uma entrevista com aproximadamente três mil empresas. Constatamos que 87% delas, de diversos setores, possuem processos de investimentos", disse em seminário para executivos no Rio de Janeiro. Para ele, o crescente ciclo de investimentos é o principal agente que tem elevado a inflação.

Enquanto Barros defende a convergência da meta de inflação para 2012 para 4,5 %, como prevê o governo, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) é menos otimista. Ele acredita que a inflação pode chegar a 5,5%, dependendo do comportamento do setor. "O Brasil possui uma situação interessante, fomos sugados por um processo de mudança, pela força externa e as relações brasileiras foram boas. O real está valorizado porque está entrando um volume de investimentos estrangeiros enorme, porém não é a solução de todos os nossos problemas. A informação precisa ser olhada em um novo contexto na economia".

Para o economista Armando Castelar a situação brasileira é muito boa, porém de grandes incertezas. "A memória de uma inflação alta já ficou para trás. A questão do crédito, aeroportos lotados são progressos positivos. No entanto, está muito difícil prever devido as diferentes questões dos países com economia instável". Castelar enfatizou a preocupação do Banco Central também com o câmbio e o nível de atividade. "A questão é a habilidade para segurar a inflação, alinhar o consumo. A melhor maneira do BC controlar os investimentos não é aumentando a taxa de juros, precisamos de uma quebra de paradigmas".

Joaquim Levy, diretor do Asset Management do Bradesco, ex-secretário do Tesouro Nacional e de Fazendo do Rio acredita na disposição do Banco Central para o controle da inflação. "A única maneira para tentar encaixar o ciclo, é ser extremamente ativo", disse. Ele acredita que há chances de a inflação passar de 4,5% em 2012, mas é necessário aguardar as sinalizações. "Vamos ver", concluiu.

Financiamento – Apoio e financiamento bancário para o crescimento da infraestrutura do país são estratégias essenciais. Esta é a opinião de executivos e empresários, que debateram em encontro no Rio. Márcio Persival, vice-presidente de Finanças da Caixa Econômica Federal falou sobre o financiamento para almejar o desenvolvimento. "O Programa Minha Casa Minha Vida 2 está sendo lançado agora. Essa questão ainda é nossa prioridade

e continua na agenda com a implantação de algumas medidas". Segundo informações da instituição, na nova versão do programa foram realizados aproximadamente R$ 4,6 bilhões em financiamentos no primeiro trimestre do ano, propiciando a construção de aproximadamente 65 mil novas unidades habitacionais concentradas principalmente na faixa de renda de até 6 salários mínimos. O ex-ministro das Cidades, Marcio Fortes, a infraestrutura é o ponto chave do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "O PAC 2 vem agora com R$ 980 bilhões, parte financiado, somente para a área, incluindo energia, habitação e saneamento". Fortes também comentou sobre um problema logístico que está sendo resolvido no Rio Grande do Sul: "Só para a Copa, R$ 7 bilhões serão destinados para a área de logística, tudo financiado".

Richard Klien da Santos Brasil falou sobre o investimento e as ações que estão sendo feitas nos portos do país. Segundo o executivo, somente no ano passado a exportação cresceu 34% e a importação, somente no estaleiro do porto de Santos, 20%, movimentados pela iniciativa privada. "Santos foi aprofundado, a movimentação de contêineres quase quadruplicou". Para ele, o maior desafio é manter o ritmo de expansão. O crescimento também é percebido no porto do Rio, que já pode receber maiores navios carregados. "O cenário para quem passa perto do porto é outro, com guindastes novos e com o dobro da capacidade. Sabemos das pressões, quanto aos acessos e a burocracia, mas o comércio exterior tem nos favorecido".

PPF Brazil
Contadores
www.ppfbrazil.com.br

Normas ambientais Denorex.

*Paulo Pizão**

Há muitos anos havia a propaganda de um produto já nem sei se anticaspa ou shampoo, que tinha um jargão curioso: "DENOREX...PARECE MAS NÃO É". Mostrava a aplicação de um produto que parecia ter uma função, mas, na prática, exercia outra. Assim são algumas Normas Ambientais, criadas sem a visão da realidade, da contemporaneidade e da razoabilidade, gerando, na prática, limitações sociais e insegurança jurídica.

Imagine demarcar Faixa Marginal de Proteção em uma área privada, sobre a qual o Governo desviou um rio que canaliza esgoto, onde a margem não tem qualquer tipo de vida e a paisagem é a degradação, agravada por se tratar de um rio canalizado. Imagine uma norma que, com o objetivo de regulamentar uma lei federal que protege Vegetação de Preservação Permanente, estabelece gravames sobre grandes extensões de terra. Imagine um morro destruído por extração mineral, autorizada por decreto-lei federal, totalmente degradado e destruído, sem solo ou vegetação, sobre o qual se pretende exigir a demarcação de Área de Preservação Permanente.

Enquanto isso encostas são ocupadas, e gravames estabelecidos sem fundamentos técnicos, imobilizam e induzem à invasão e destruição de bens ambientais protegidos, gerando poluição dos rios e mares, provocando-se intensa decadência econômica e desagregação social!

Indiscutivelmente, o homem é o objetivo final da proteção ambiental! Para muitos, parece que melhor será um homem caído a uma figueira em pé?! A defesa da Terra contra as emissões de gases do Efeito Estufa demonstra que o caminho para a proteção ambiental que preserve as condições de vida deve ser alcançado por intermédio de Informação sobre Consequências, Busca de Alternativas Sustentáveis, Acordos de Abrangência Social, Ações Alternativas e Compensações Ambientais com efeitos efetivos de manutenção do equilíbrio ecológico. Obviamente, não há como desregulamentar tudo nem deixar a Questão Ambiental defendida apenas por bom senso ou expectativa de acordos. É claro que não! Entretanto não há como permanecer o estabelecimento de gravames ambientais, em muitos casos sem estudos ou justificativas, engessando-se, sem a consequente proteção efetiva, sociedades inteiras, avançando-se sobre a propriedade privada sem a devida e imediata indenização, gerando-se inúmeros conflitos que o poder público não tem como solucionar. A sociedade tem de respeitar e proteger o meio ambiente, mas... a título de protegê-lo não se pode esquecer de proteger e respeitar a sociedade.

** Diretor da Servec Ambiental.*

O papel da FAO no mundo e a conquista brasileira

Na mais disputada eleição nos quase 70 anos de existência da FAO- Organização nas Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, José Graziano da Silva foi eleito, recentemente, para a direção geral da entidade, com o apoio de boa parte de votos de representantes da América Latina, África, Ásia e dos países árabes.

José Graziano assumirá o cargo em 1º de janeiro de 2012 e permanecerá na função até julho de 2015. Como um dos idealizadores do programa "Fome Zero", que deu origem ao então "Bolsa Família", a eleição marca uma conquista e reconhecimento brasileiro, como país-chave na agricultura mundial. Em sua primeira declaração, Graziano disse: "Quem tem fome tem pressa. A importância da vitória é extraordinária, o Brasil é um país pelo multilateralismo, em favor da paz e do desenvolvimento".

A organização atua como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Atualmente a FAO tem 191 países membros, além da Comunidade Européia. A rede mundial compreende cinco oficinas regionais e 78 escritórios nacionais, sendo seu principal papel liderar os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar.

Desde sua fundação, a FAO tem dado atenção especial ao desenvolvimento das áreas rurais, onde vivem 70% das populações de baixa renda, e que ainda passam fome. Aperfeiçoar e modernizar as atividades agrícolas, florestais e pesqueiras, assegurando o desenvolvimento sustentável é uma das iniciativas da organização. Segundo estimativas, serão necessários aproximadamente US$ 50 bilhões por ano de investimentos em infraestrutura, conservação de recursos naturais, pesquisas, fertilizantes, entre outros itens primordiais para o aumento de produção e o acesso aos alimentos, sem esquecer da preservação dos recursos naturais.

As linhas de ação, de acordo com a FAO Brasil, são: "Assistência Técnica aos países em desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul", cuja principal função é contribuir com os países em desenvolvimento com a formulação e execução de políticas e projetos de assistência técnica em apoio a programas nas áreas agrícola, alimentar, de desenvolvimento rural, florestal e pesqueira; e para a cooperação Sul-Sul, as diretrizes são; "Informação ao alcance de todos", onde a FAO funciona como uma rede de conhecimentos, formada por profissionais (tais como agrônomos, engenheiros florestais, entre outros) para coletar, analisar e disseminar informações; "Assessoramento aos governos", dividindo experiência com os países-membros, a fim de prestar assessoria sobre política e planejamento agrícola, desenvolvendo legislações e criando estratégias nacionais; "Fórum Neutro", procurando oportunidades para que todos os países possam se reunir, discutir e formular políticas relacionadas com agricultura e alimentação. Também estabelece normas internacionais, facilita o estabelecimento de convênios e acordos e organiza conferências, reuniões técnicas e consultorias de especialistas.

Nem tudo foi perdido.

*José Góes**

Atualmente, as bolsas mundiais vêm passando por momentos de instabilidade. A causa ainda é a crise financeira global e o mau humor generalizado dos mercados, que seguem reféns da recuperação econômica norte-americana e europeia. No front interno a situação não é diferente. O Ibovespa, principal índice acionário brasileiro, acumula uma queda de mais de 10% em 2011 e está cerca de 20% distante de seu pico histórico, atingido em 29 de maio de 2008 — quando alcançou 73.920 pontos (pontuação obtida durante o pregão, mas não mantida no fechamento). O fato tem suscitado desconfiança a respeito da qualidade da bolsa como investimento de longo prazo. Mas será que não foi possível ganhar dinheiro investindo em ações durante esse período? É importante levar em conta que a Bolsa de Valores de São Paulo não contempla somente o Ibovespa, que é formado pelas ações mais líquidas. Só para se ter uma ideia, os ativos da Vale e Petrobras respondem juntos por cerca de 26% do índice, e quando ambos caem - como vem acontecendo em muitos momentos - a perda acaba sendo generalizada.

Quando o índice alcançou a sua pontuação máxima, em maio de 2008, o Brasil acabara de ser elevado ao grau de investimento pela Standard & Poors, uma das principais agências de classificação de risco do mundo. Mas já havia fortes indícios de que o mundo enfrentaria sérios problemas com o alto endividamento dos consumidores, conjugado à má qualidade dos ativos bancários das nações desenvolvidas. Naquele mesmo ano, tais indícios se concretizaram e vivenciamos a segunda pior crise da história do capitalismo.

De lá para cá, o que aconteceu foi uma relevante alteração de peso entre setores da economia brasileira. Algumas mudanças macroeconômicas, como a estabilidade monetária e a solidez do sistema financeiro nacional, foram os principais fatores que motivaram as agências de risco a concederem ao país o *investment grade*. A elevação da nota de risco estimulou as operações de crédito e a geração de emprego, tornando realidade um potencial de consumo embasado numa população de aproximadamente 190 milhões de habitantes. O Brasil, além da vantagem competitiva no setor primário, passou a contar com um mercado interno ávido por novidades.

Esta nova fase da economia brasileira tem sido o principal foco dos investimentos estrangeiros no país nos últimos anos. A capacidade de compra da população combinada a um real valorizado tem despertado o interesse das multinacionais e dos investidores externos, que vêm reforçando suas participações em solo nacional. No dia 9 deste mês, a empresa de consultoria americana A.T. Kearney divulgou uma lista dos países mais atrativos para investimentos no varejo, com o Brasil encabeçando a lista à frente da China e da Índia.

Quem apostou na bolsa, em empresas beneficiadas pela ascensão desta massa de consumo, obteve retornos excelentes, mesmo durante estes conturbados três anos. É só verificar o ganho de algumas ações ligadas ao consumo desde 20 de maio de 2008, quando o índice Bovespa obteve o maior fechamento de sua história, com 73.516 pontos, até hoje. Desde então, o índice desvalorizou 16,94%, mas os investimentos em empresas de varejo não seguiram a mesma regra.

Entre os papéis com boa rentabilidade neste período podemos citar os da Hering ON (HGTX3), que saltaram de R$ 3,52 em maio de 2008 para R$ 33,67 em 17 de junho de 2011, alta de 862,49%. Já Lojas Marisa ON (AMAR3) apresentou valorização de 303,35%, e Natura ON avançou 120,4%, passando de R$ 17,42 em maio de 2008 para R$ 38,40 em igual mês de 2011.

Outro setor dependente da economia doméstica é o elétrico. Apesar da previsibilidade de seus retornos, as elétricas também não deixaram a desejar. Entre os bons destaques estão os papéis da Eletropaulo (ELPL4), com valorização de 79,2% desde maio de 2008, Light S.A ON, que subiram 75,7% em três anos; e Copel PNB, acumulando ganhos de 51,7% no período.

Então, como explicar o desempenho tão ruim do principal indicador de desempenho da Bovespa? O problema é que a metodologia de cálculo para determinar a composição e o peso de cada ação no Ibovespa, a partir do volume e do número de negócios, privilegia as ações de grandes corporações de capital aberto.

No Brasil, até por suas características geográficas, essas grandes corporações são, em sua maioria, empresas relacionadas ao setor primário. Já que tais companhias precisam ser de grande porte para que haja um ganho de escala que as possibilite enfrentar a concorrência estrangeira, grandes conglomerados se formam no setor. Para se ter uma ideia, a soma da participação das mineradoras, siderúrgicas e petrolíferas representa 40% do Índice Bovespa, uma vez que entre elas temos as maiores empresas do Brasil.

Como estas ações dependem do mercado internacional e a situação da economia mundial continua bastante conturbada e cercada de incertezas, o desempenho de algumas das *blue chips* brasileiras continua muito aquém do desejado, como é o caso da Vale e Petrobras. Para piorar, as recentes intervenções governamentais nas duas maiores empresas brasileiras ajudaram a prejudicar ainda mais a performance de suas ações, empurrando o Ibovespa ainda mais para baixo.

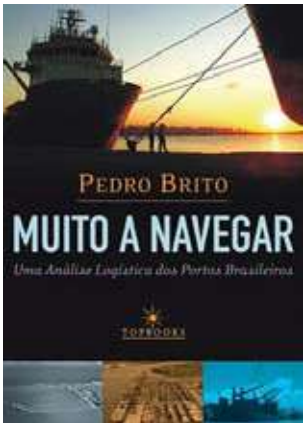
Nos últimos anos verificamos uma mudança na relevância dos setores na economia brasileira. A estabilidade econômica, a melhor distribuição de renda e a consequente expansão das operações de crédito possibilitaram às famílias ampliarem seu consumo, enquanto a fraqueza e as incertezas da economia mundial têm gerado dúvidas com relação às empresas ligadas às *commodities*. Entretanto, a composição do Índice Bovespa é muito sobrecarregada de ações focadas em matérias-primas, o que camuflou o bom desempenho de setores voltados para o mercado interno. Quem investiu nas ações de varejo, como vimos, obteve uma excelente rentabilidade nos últimos três anos, que não foi capturada pelo Ibovespa.

Em nenhum momento é possível afirmar que foi fácil prever em qual setor investir. O Brasil tem uma vasta riqueza natural que proporciona uma importante vantagem comparativa na produção de matérias-primas. Empresas como Vale e Petrobras, que se desvalorizaram neste período, superaram a valorização do Ibovespa durante muitos anos, tornando ricos muitos investidores de longo prazo. E é provável que elas subam quando baixar a poeira do cenário econômico mundial.

Mesmo em um mercado bastante conturbado, é possível, com uma boa interpretação do cenário macroeconômico e escolhendo companhias com bons fundamentos, ganhar dinheiro com ações, investindo no longo prazo. A diversificação entre bons papéis de variados setores minimiza o erro e ainda possibilita expressivos ganhos. É importante que o investidor faça uma boa análise individual por meio de informações sobre o mercado acionário, e, se possível, contando com a orientação de especialistas. Desta forma, mesmo em um cenário de crise, é possível obter bons resultados investindo em bolsa.

**** Analista da WinTrade.***

Muito a navegar – Uma análise logística dos portos brasileiros



Graças à visão abrangente e ao privilegiado ponto de observação de Pedro Brito, economista e ex-ministro chefe da Secretaria de Portos, a discussão em torno da complexa cadeia de logística de transporte e do setor portuário é facilitada com a obra "Muito a Navegar – Uma análise Logística dos Portos Brasileiros" da **Editora Topbooks**. A abordagem original do autor, que, em vez de analisar os portos como geralmente se faz, isoladamente, apenas se concentrando em suas peculiaridades, ampliou o olhar e os situou da maneira adequada, sendo capaz de orientar de forma segura o debate em torno das questões mais sensíveis e estratégicas do sistema portuário - tanto no âmbito do governo como no contexto empresarial ou no meio acadêmico.

Em tom de conversa, os temas se encadeiam naturalmente, o que torna a leitura agradável, pois tudo parece claro e evidente. Fica fácil compreender, por exemplo, o papel essencial dos portos brasileiros na trajetória de crescimento da economia nos últimos anos, assim como as atuais prioridades e as projeções de longo prazo. Igualmente, a surpreendente série de ações implantadas em três anos pela Secretaria de Portos explica em parte o salto do Brasil da 61ª para a 41ª posição no ranking dos países com melhor desempenho logístico no setor portuário, de acordo com estudo do Banco Mundial.

Neste livro, PEDRO BRITO não doura a pílula nem busca aplausos: aponta o dedo diretamente para as mazelas históricas dos portos brasileiros e para os gargalos que ainda precisam ser superados. Ao mesmo tempo, indica os caminhos objetivos para que o Brasil atinja o nível de eficiência alcançado pelos países que investiram seriamente em logística como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social, capaz de proporcionar retorno para a sociedade. Destaca o resultado das mudanças promovidas no marco regulatório do setor e enfatiza a relevância das hidrovias e das ferrovias na nova matriz logística proposta pela Secretaria de Portos, como alternativa para superar a inevitável saturação do modal rodoviário. Faz uma comparação objetiva entre os portos brasileiros e os melhores do mundo. E, mais importante, põe por terra os argumentos das pessoas que ainda insistem em contestar o atual modelo de administração portuária.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA · SILVA · GAEDE & ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas · Navegação
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gaiasilvagaede.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º E 10º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gaiasilvagaede.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gaiasilvagaede.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gaiasilvagaede.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gaiasilvagaede.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK

Do Estado de direito ao estado marginal.

*Luiz Flávio Gomes**

Estado de direito é o estado regido por regras jurídicas coercitivas (dotadas de força, consoante Derrida). É o Estado limitado pelo próprio direito, o que não pode cometer abusos ou excessos impunemente. Estado de exceção, no plano constitucional, é o que permite a suspensão da eficácia de algumas regras gerais (a suspensão da força delas), para se submeter a um regramento jurídico específico, típico de uma situação anormal. Trata-se de uma segunda força, que substitui a primeira.

No estado de exceção as normas jurídicas do Estado de direito continuam vigentes, porém, sem eficácia prática, sem força (momentânea), ou seja, são suspensas para dar lugar a uma nova ordem jurídica, de exceção, de emergência. Os direitos e garantias fundamentais do Estado de direito, durante o estado de exceção, ficam suspensos (ficam sem força).

O terceiro estágio existente é o do estado marginal, que corre às margens do Estado de direito, à margem dos direitos e garantias fundamentais. O estado marginal é uma práxis total ou grandemente fora do direito. Não se confunde com o Estado de exceção porque não é declarado formalmente.

No estado marginal a força (violência) acontece fora ou à margem do direito. É um tipo de estado paralelo, regido pela força bruta, pelo voluntarismo dos agentes públicos, especialmente dos encarregados da repressão.

A prática político-criminal afastada das regras limitativas do Estado de direito constitui a essência do estado marginal. Tudo é feito em nome de um direito "maior", direito à segurança, à tranqüilidade, à paz. A sociedade vê, em geral, com bons olhos essa defesa social. Busca-se a paz por meio da guerra (por meio da força bruta, da violência). Eficientismo é o valor reinante, ainda que pagando preço alto (consistente na flagrante violação da ordem jurídica).

Os abusos cometidos pelos agentes da repressão (busca pessoal em mulher feita por homens, disparos à queima-roupa dos jovens negros de todos os rincões – o Brasil é o campeão do mundo em assassinatos de jovens – etc.) são tolerados ou ficam impunes. Existe uma força (oculta) que ampara todas essas ilegalidades (muitas delas praticadas pelos juízes). O discurso populista autoritário sempre encontra adeptos, sobretudo quando bem explorado pela mídia.

A impunidade é a grande companheira do estado marginal, que não teria o sucesso que tem sem o apoio (velado ou ostensivo) de grande parcela da população, de atores políticos, da mídia, de legisladores e de atores jurídicos.

No Brasil sempre existiu o paralelismo do estado marginal. Aqui os portugueses chegaram praticando genocídio contra os índios. Em 1822 foi instituído oficialmente o Estado de Direito brasileiro, que nunca vigorou isolado, soberano, absoluto. Um país fundado na discriminação étnica e socioeconômica necessita (compulsoriamente) de margens extraoficiais de forças para sua atuação em nome da segurança, do bem-estar geral.

Os direitos e garantias (tirando períodos declaradamente ditatoriais) sempre estiveram vigentes, porém, com força limitada, porque sempre tiveram que conviver com a força marginal das práticas político-criminais aniquiladoras, expulsivas, torturantes, mortíferas (é só olhar o que está acontecendo nos nossos presídios para se entender o que é o estado marginal).

** Presidente e Fundador da Rede de Ensino LFG.*

Seu celular está protegido?

*Ascold Szymanskyj**

No final do ano passado, ultrapassamos a marca de um celular por habitante no Brasil. Hoje já contamos com uma base superior a 215 milhões de linhas habilitadas, de acordo com a Anatel. Destes, os smartphones representaram 10% das vendas em 2010. Para este ano, a previsão é que as vendas de smartphones totalizem 10 milhões de unidades no país. Pela primeira vez na história, as vendas dos celulares inteligentes deverão ultrapassar as vendas de notebooks no Brasil. Já para a América Latina, a consultoria Frost & Sullivan projeta um crescimento superior a 70% para a indústria de smartphones, com 25,8 milhões de aparelhos vendidos na região.

Mundialmente, esta indústria segue a mesma tendência de expansão. De um total de 220 milhões de unidades em 2010, o mercado de smartphones deve saltar para 2,6 bilhões de aparelhos em 2020, segundo a consultoria IDC. Ou seja, em menos de 10 anos teremos mais equipamentos móveis conectados às redes do que computadores. É importante observar que cada vez mais os celulares estão se transformando em computadores portáteis, onde acessamos e armazenamos informações sensíveis, seja em relação à vida profissional (contratos, pesquisas, apresentações, emails) ou pessoal (documentos, fotos, vídeos, músicas, mensagens etc).

Trata-se de uma mudança de hábitos na utilização da tecnologia, que representa uma nova forma de acessar e consumir conteúdos e produtos a partir de um dispositivo que carregamos conosco 24 horas por dia. Não é à toa que a utilização do celular como meio de pagamento (mobile payment) não pára de crescer. O número de usuários no mundo que efetua compras por meio do aparelho saltará de 116 milhões neste ano para 375 milhões em 2015, segundo projeção da empresa de pesquisas In-Stat.

Também são claras as evidências da contribuição dos smartphones para o grande impulso da banda larga móvel no país, que nos últimos 12 meses obteve um crescimento de 82%, totalizando 42,1 milhões de novos acessos em maio deste ano. Na região da América Latina, a expectativa é que a banda larga móvel supere 63 milhões de usuários até o final de 2011, de acordo com a associação 4G Americas.

Na medida em que este mercado se expande de forma pujante, cresce na mesma proporção as vulnerabilidades associadas aos smartphones, abrindo espaço para que vírus e outros aplicativos maliciosos se instalem e causem sérios danos aos usuários. Um recente estudo conduzido pela consultoria Accenture revela que 73% dos entrevistados se dizem preocupados com a segurança ao realizarem compras online por meio de seus aparelhos móveis. Cerca de 70% dos que responderam à pesquisa disseram que a utilização do celular como meio de pagamento aumenta o risco de fraude e roubo de dados.

A afirmação faz todo sentido, uma vez que pelo menos um terço dos usuários de dispositivos móveis não está ciente dos riscos e ameaças que afetam esses aparelhos, não possuindo quaisquer mecanismos de proteção em seus sistemas operacionais. Infelizmente, a partir do momento em que você acessa a web ou verifica seus emails utilizando o celular como plataforma você poderá ser alvo de ataques virtuais. O mesmo pode acontecer ao clicar em um link via mensagem recebida por SMS, MMS ou Bluetooth.

Além do risco de ter vírus e malwares instalados no dispositivo, a principal ameaça está em uma nova modalidade de criminosos cibernéticos: os crackers, cuja principal motivação é o roubo de dados pessoais para uso indevido, sobretudo dados cadastrais e senhas utilizadas em transações financeiras. Um recente estudo promovido pela F-Secure revela que existem mais de 538 tipos de malwares para os diferentes sistemas operacionais presentes nos smartphones. Mais que a perda ou dano ao seu celular, o usuário deve se preocupar com o que realmente jamais poderá ser substituído: seu conteúdo.

Você já verificou se o seu celular possui algum mecanismo de proteção? Pense nisso, agora mesmo!

**Vice-presidente de Vendas e Operações da F-Secure para a América Latina.*

Trem do Corcovado
Trem do Corcovado
O passeio e o visual são tão belos que o filho de Deus resolveu até morar aqui.
www.corcovado.com.br

Como se fazem boas leis.

Fernando B. Meneguin e Marcelo Guedes Nunes***

O ordenamento jurídico e o Poder Judiciário detêm a capacidade de alterar profundamente o desenvolvimento econômico de uma sociedade. Tanto as leis quanto as decisões judiciais fornecem um conjunto de incentivos aos cidadãos e empresas, que têm reflexos sobre a eficiência das transações econômicas. Por exemplo, uma lei de patentes, que proteja as inovações tecnológicas e gere lucros aos inventores, será um incentivo para o desenvolvimento científico. Por outro lado, uma Justiça que crie dificuldades para credores obterem seus direitos faz crescer a taxa de juros, pois, não havendo segurança judiciária de que o crédito será recuperado rapidamente, a tendência é que já se inclua na taxa de juros um adicional para cobrir as perdas com créditos não pagos.

Antever o efeito de uma legislação ou o resultado de uma disputa judicial diminui o grau de incerteza no mercado. Para ambos os casos, existem ferramentas que podem ajudar a antecipar o reflexo das leis ou o que será decidido nos tribunais. Falamos da "avaliação de impacto legislativo" e da jurimetria.

A disciplina chamada legística ocupa-se de como fazer as leis, de forma metódica e sistemática, tendo por objetivo aprimorar a qualidade desses atos normativos. A avaliação de impacto legislativo, técnica integrante da legística, é extremamente útil para analisar os efeitos decorrentes da aplicação de uma legislação. Entende-se, assim, que a avaliação legislativa deve examinar ex ante se a legislação será: efetiva, ou seja, se o comportamento adotado pelos destinatários da norma estará de acordo com o esperado; eficaz, no sentido de que o texto legal deve estar formulado para que os objetivos sejam alcançados; e eficiente, isto é, se os benefícios oriundos da lei compensarão os custos impostos por ela, além de serem os menores possíveis. A avaliação de impacto legislativo deveria ser elaborada no âmbito das Casas Legislativas relativamente aos projetos de lei relevantes, de forma a municiar os parlamentares com análises técnicas sobre os projetos. No entanto, também a iniciativa privada pode elaborar as avaliações de impacto, pois se beneficiará das informações consolidadas na medida em que o tema da proposição interesse aos negócios.

Uma das ferramentas mais úteis para a avaliação de impacto legislativo é a jurimetria. Define-se jurimetria como a aplicação dos métodos da Estatística e da Probabilidade ao estudo e elucidação dos fenômenos jurídicos. Enquanto a forma clássica de estudo do Direito se preocupa em identificar os possíveis significados das normas gerais e abstratas (como as que encontramos nas leis), a proposta da jurimetria é avaliar como o Direito se manifesta concretamente nas inúmeras sentenças, acórdãos, contratos, fatos e atos jurídicos produzidos diariamente na sociedade. Se, por exemplo, a análise da norma que regula a obrigação de indenizar do Código Civil é feita através de um estudo de seu significado gramatical, histórico, sistemático ou teleológico, o estudo do universo de acórdãos proferidos pelos tribunais brasileiros com base nessa norma exige modelos aptos a entender a sua multiplicidade e, ao mesmo tempo, resumir a sua variabilidade, permitindo a elaboração de cálculos de probabilidade a respeito do comportamento dos tribunais.

Ao compreender o Direito "de baixo para cima", partindo do plano concreto para chegar à abstração da lei, a jurimetria traz elementos importantes a serem considerados na elaboração de políticas públicas, que, nas democracias, passam freqüentemente pela atividade legislativa. Entender o perfil dos conflitos levados ao Poder Judiciário ajuda a compreender as características da demanda pela atividade jurisdicional. Esse indicador é fundamental para que o Poder Público identifique os casos de hiper-regulação (excesso de normas para casos irrelevantes) e hiporregulação (ausência de normas para casos

relevantes). Da mesma forma, entender como os juízes aplicam as normas gerais auxilia a identificar a mens judicanti (como pensam os juízes) e a evitar conflitos entre a dicção das leis e a mentalidade de quem as aplica, dando mais estabilidade e previsibilidade ao sistema. O mesmo pode ser dito a respeito da eficácia de garantias contratuais, da recuperabilidade de créditos, das causas de inadimplemento e de todos os fatos jurídicos que borbulham no plano concreto e cotidiano da vida em sociedade. A compreensão desses conjuntos de eventos nos mostra a realidade do Direito, que nada mais é do que a plataforma sobre a qual futuras reformas serão edificadas.

As decisões sobre a realização de investimento produtivo dependem das previsões acerca dos lucros futuros e de quão confiável são essas previsões ou expectativas. O nível de confiança, por sua vez, depende da disponibilidade de boa informação e de um sistema jurídico transparente e estável. Nesse ponto é que a avaliação de impacto legislativo e a jurimetria surgem como peças fundamentais na construção de um país moderno, pois fornecem dados aos agentes privados, diminuindo as suas incertezas, e auxiliam os agentes públicos a produzir leis mais adequadas à realidade do país. O Brasil é uma economia emergente, com um enorme potencial de crescimento, que só se manifestará em toda a sua grandeza se soubermos implementar corretamente as reformas institucionais de que o nosso país precisa. Compreender a realidade da aplicação do Direito para, a partir dessa base, avaliar de forma mais precisa o impacto de novos sistemas legislativos é o caminho para que as reformas institucionais atinjam os seus objetivos.

**** Fernando B. Meneguin - Doutor em Economia. Diretor do Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal.***
**** *Marcelo Guedes Nunes - Doutorando em Direito Empresarial pela PUC-SP, Diretor do Instituto de Direito Societário Aplicado – IDSA, advogado em São Paulo. Sócio-titular do Guedes Nunes, Oliveira e Roquim Sociedade de Advogados – Gnor.***

Expediente

IBEF Rio - *Criado em 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, O IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças é uma entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal, sem fins lucrativos, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.*
Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Telefone: (021) 2282-1233 - www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2011/20013 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Theóphilo de Azeredo Santos*

Vice-Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Membros - *Henrique Luz, João Carlos França de Luca, José Carlos Monteiro, Luiz Leonardo Cantidiano, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Ricardo E. Vieira Coelho e Thomas Klien.*

DIRETORIA

Presidente
Roberto Lima Netto

Diretor -Executivo
Marcos Chouin Varejão

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Severino José da Silva*

Membros e Suplentes - *Antonio A. B. de Andrade, João Carlos Reichmann Mader , Luiz Affonso Romano, Luiz Eduardo Marinho e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

Conselho Consultivo
Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fontes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theóphilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Coordenação Editorial
+Mara Iglesias
comunicacao@ibefrio.org.br

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Programação Visual
Red Design Comunicação
contato@reddesign.com.br

Fotos
Acervo Localiza
Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 9619-0771

Distribuição
Aloysio S. F. de Azevedo
atendimento@ibefrio.org.br

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Debêntures de projetos de infraestrutura.

*João Santos e Tatiana Fernandes**

Com a demanda crescente por recursos para projetos de infraestrutura, necessários para o desenvolvimento e crescimento do Brasil e não havendo capacidade de financiamento de todos os projetos com recursos oficiais, via BNDES, foi aprovada a Medida Provisória 517/10.

A referida medida trouxe incentivos fiscais aos investidores estrangeiros, pessoas físicas e jurídicas que investirem em títulos cuja emissão tenha como objetivo captar recursos para investimentos em projetos de infraestrutura e que cumulativamente, apresentem as seguintes características:

a) que sejam remunerados por taxa de juros prefixada, vinculada a índice de preço ou à taxa referencial – TR

b) que tenham prazo médio ponderado superior a quatro anos;

c) que seja vedada a sua recompra pelo emissor, nos dois primeiros anos após a sua emissão;

d) que não exista compromisso de revenda assumido pelo comprador;

e) que prevejam prazo mínimo de180 dias para pagamento de juros;

f) que o título seja negociado em mercado regulamentado de valores mobiliários; e

g) que demonstre o efetivo objetivo de alocação dos recursos em projetos de investimento.

No caso de investimentos em debêntures emitidas por sociedades de propósitos específicos constituída para implementar projetos considerados prioritários na área de infraestrutura, os incentivos fiscais sobre os rendimentos auferidos, em geral, podem ser assim resumidos:

a) pessoas físicas domiciliadas no exterior - redução a zero à alíquota do imposto de renda;

b) pessoas físicas residentes ou domiciliadas no país - redução a zero à alíquota do imposto de renda;

c) pessoas jurídicas - aplicável à alíquota de 15%.

O investidor desses títulos, deve observar que além do risco de crédito há também o risco de performance dos projetos de infraestrutura a eles vinculados. Embora esses títulos sejam emitidos por entidades de propósito específico constituídas para essa finalidade, na maioria das vezes não possuem garantias reais nem mercado secundário ativo, portanto é relevante analisar previamente o projeto e os acionistas da sociedade de propósito específico, verificando sua capacidade e experiência em efetivamente realizar tais projetos. Destaca-se que os credores das debêntures, no caso de o projeto não performar, terão conforme definido na legislação comercial brasileira, o direito de pleitear, como credores, até o nível da entidade de propósito especifico, não podendo alcançar as empresas acionistas.

Aos investidores pessoas jurídicas é também relevante atentar para as atuais práticas contábeis vigentes no Brasil, que recentemente convergiram para as normas internacionais de contabilidade, com a emissão de diversos pronunciamentos contábeis pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. A análise da administração sobre os pronunciamentos para a adequada classificação e mensuração desses títulos em suas demonstrações financeiras é fundamental. Devem ser considerados, entre outros, os seguintes itens: eventuais aspectos de controle; objetivo da aquisição da debênture, tratamento dos gastos relacionados à aquisição do título, necessidade de avaliação a valor justo, análise periódica do seu valor recuperável e aspectos de divulgação.

Tendo em vista, que as medidas de incentivo à emissão desse tipo de título são recentes, ainda é incipiente o volume de debêntures emitidas que se enquadrem nessa categoria, mas há indicativos de que o mesmo tende a crescer, uma vez que um dos elementos fundamentais para a motivação dos investidores, além dos incentivos fiscais, é a geração de um mercado secundário que dê liquidez a esses títulos. Sobre esse aspecto já houve manifestação das autoridades monetárias no sentido incentivar o desenvolvimento de um mercado secundário específico para esse tipo de valores mobiliários.

Em resumo, tais títulos podem se tornar um excelente investimento, notadamente pelos incentivos fiscais nele contidos e efetivamente ser o condutor da realização de diversos projetos prioritários de infraestrutura que há longa data o país demanda para viabilizar uma nova onda de crescimento.

** Sócios e gerentes sênior da PwC Brasil, especialistas no Mercado Financeiro.*

agencia3

eletrobras.com

Achou bonito? Espere ele chegar lá embaixo.

Soltar balão pode causar incêndios, apagões, danos ao meio ambiente e outros prejuízos graves. Não pratique este crime.

Eletrobras
Energia para novos tempos

Ministério de
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

agência mood3

CCR

lado a lado com o RIO.

Investindo nos CAMINHOS do desenvolvimento.

O Rio é hoje um Estado que cresce acima da média nacional. E, graças aos investimentos feitos em infraestrutura e à parceria entre o governo e a iniciativa privada, esse desenvolvimento tem tudo para continuar. É assim que o Rio se prepara para receber a Copa de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016 e, principalmente, para transformar o Brasil. www.grupoccr.com.br

CCR